



PUC GOIÁS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL



ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO JARDIM GUANABARA

LUCIMAR CRISPIM VAZ CARDOSO

GOIÂNIA
2012

LUCIMAR CRISPIM VAZ CARDOSO

ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO JARDIM GUANABARA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Elaborada sob orientação da Prof^a Dr^a Márcia de Alencar Santana.

GOIÂNIA
2012

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.**

C268a Cardoso, Lucimar Crispim Vaz
Análise socioespacial do Jardim Guanabara [manuscrito] / Lucimar Crispim Vaz
Cardoso – 2012.
106 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia,
2012.
“Orientação da Prof^a. Dr^a. Márcia de Alencar Santana”.
Bibliografia: f. 102-106.
Inclui listas de quadros e figuras.
Apêndice.

1. Urbanização – Jardim Guanabara (Goiânia, GO). 2. Política habitacional. 3.
Planejamento urbano. 4. Habitação. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
II. Santana, Márcia de Alencar. III. Título.

CDU: 911.375.6(817.3)(043.3)
332.821
316.334.54
711.582

LUCIMAR CRISPIM VAZ CARDOSO

ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO JARDIM GUANABARA

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em 04 de abril de 2012 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Márcia de Alencar Santana(PUC-GO)
Presidente da Banca

Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa(PUC-GO)

Prof^a. Dr^a. Dulce Portilho Maciel(UEG)

Prof^a. Dr^a. Deusa Boaventura(PUC-GO)
Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a concretização desse trabalho.

À Secretaria Estadual de Educação de Goiás, pela licença concedida, e aos colegas que de forma indireta contribuíram com esse trabalho.

À Dr^a. Márcia de Alencar Santana pela orientação, contribuindo para a consolidação desse trabalho.

Ao Coordenador do Mestrado, Dr. Aristides Moysés, a todos os docentes, pelos esclarecimentos que contribuíram para minha formação.

À secretária do mestrado Alessandra, aos colegas de turma pelas informações prestadas.

À SEPLAM por ter disponibilizado dados importantes para a realização desse trabalho.

À minha família, Maurício pelo apoio, pela contribuição e estímulo e a meus filhos Gusthavo e Fellipe.

RESUMO

O crescimento populacional nos centros urbanos, o déficit habitacional, a exclusão social e territorial e o aumento das ocupações irregulares tornam cada vez mais necessária a busca de instrumentos de planejamento, de gestão urbana, de políticas públicas e estratégias para promover a participação da comunidade na tomada de decisões, em prol do desenvolvimento local. Neste trabalho busca-se uma análise socioespacial do Jardim Guanabara, a partir da perspectiva da Geografia, procurando mostrar alguns *elementos que determinaram o crescimento do setor*. Inicialmente aconteceu através do Poder Público com a instalação do Aeroporto de Goiânia, da CEASA, da Brigada de Operações Especiais (Antigo 42º Batalhão de Infantaria), paulatinamente com a expansão do comércio local e da indústria moveleira. Com a falta de moradia na área central da cidade, famílias foram se deslocando para o setor, para a área de segurança próxima ao aeroporto e área de risco às margens do córrego Pedreira. Foram implantados também dois conjuntos habitacionais para amenizar o problema da moradia, para funcionários públicos municipais e estaduais. Assim o setor se expande, surgindo novos bairros, novos arranjos locais. Nesse contexto, o Estado tende a melhorar gradativamente a infra-estrutura e ampliar os equipamentos sociais, além de promover a remoção das famílias das áreas irregulares. Dessa forma, percebe-se a importância do Estado em regular a expansão urbana, que beneficia determinadas regiões da cidade em detrimento de outras, favorecendo o capital imobiliário, permitindo o surgimento de *manchas de segregação* na cidade. A dissertação fundamenta-se nos princípios metodológicos da pesquisa qualitativa, contendo uma revisão bibliográfica e uma pesquisa empírica, buscando compreender as transformações sociais e econômicas ocorridas no setor.

Palavras-Chave: Urbanização, Moradia; Planejamento, Políticas públicas.

ABSTRACT

Population growth in urban centers, the housing deficit, social and territorial exclusion and the increase in illegal occupations become increasingly necessary to find instruments of planning, urban management, public policy and strategies to promote community participation in decision decisions in favor of local development. This paper seeks to give an analysis of the socio Garden Guanabara, trying to show some elements that determined the growth of the sector. Initially the Government was through with the installation of the Goiania airport, the CEASA, the Special Operations Brigade (Old 42 Infantry Battalion), gradually with the expansion of local commerce and the furniture industry. With the lack of housing in the downtown area, families were moving to the industry, the security area near the airport and the risk area on the banks of the stream Quarry. We also implemented two housing to alleviate the housing problem for state and local officials. So the industry expands, new neighborhoods springing up, new local arrangements. In this context, the state tends to gradually improve the infrastructure and expand social services, and promote the removal of the families of irregular areas. Thus, we see the importance of the state to regulate urban sprawl, which benefits certain areas of the city over others, favoring the real estate capital, allowing the emergence of patches of segregation in the city. The dissertation is based on the methodological principles of qualitative research, containing a literature review and empirical research seeking to understand the social and economic transformations occurring in the industry.

Keywords: Urbanization, Housing, Planning, Public Policy.

LISTA DE QUADROS

NÚMERO	TÍTULO	PÁG.
Quadro 1	Grau de urbanização, segundo as grandes regiões do Brasil -1980/2010...	15
Quadro 2	População por regiões 1991, 2000 a 2010	16
Quadro 3	População total da Região Metropolitana de Goiânia por municípios-1991-2010..	27
Quadro 4	População rural e urbana de Goiás e Goiânia 1991- 2010.	27
Quadro 5	População total de de Goiânia 1940-2010	52
Quadro 6	População urbana de Goiânia – por Região- 1991 e 2000	58
Quadro 7	Goiânia: Pessoas residentes nos bairros- Jardim Guanabara.....	62
Quadro 8	Evolução total dos estabelecimentos na Região Metropolitana de Goiânia 1990, 1995, 2000 e 2002	69
Quadro 9	Domicílios particulares permanentes segundo os bairros -1991 e 2000.....	71
Quadro10	Origem dos moradores dos bairros Jardim Guanabara.....	84
Quadro11	Nível de instrução - do proprietário da casa	85
Quadro12	Ocupação – situação sociocupacional – Proprietário	86
Quadro 13	Renda familiar	86
Quadro 14	Tipos de lazer	88
Quadro 15	Forma de acesso à casa e Situação da casa.....	89
Quadro 16	Números de cômodos	90
Quadro 17	Número de pessoas que moram na casa	90
Quadro 18	Equipamentos sociais	91
Quadro 19	Escolas estaduais com Ensino Fundamental e Ensino Médio	93
Quadro 20	Instituições educacionais da Rede Municipal –Ensino Fundamental.....	93
Quadro 21	Instituições de educação infantil da Rede Municipal – J. Guanabara	94

LISTA DE FIGURAS

Figura	TÍTULO	PÁG.
Figura 1	Localização dos espaços urbanos metropolitanos (RMs e RIDEs).....	18
Figura 2	Evolução da população nos censos demográficos..-Brasil.....	20
Figura 3	Evolução da população nos censos demográficos	28
Figura 4	Estado de Goiás.....	44
Figura 5	Praça Cívica	45
Figura 6	População de Goiânia de 1940 a 2010	52
Figura 7	Casa no Jardim Guanabara I	60
Figura 8	Casa original no Jardim Guanabara II	60
Figura 9	Foto aérea do complexo em 2010 - CEASA	65
Figura 10	Brigada de Operações Especiais	66
Figura 11	Av. Vera Cruz no Jardim Guanabara	67
Figura 12	Agências bancárias e correio	67
Figura 13	Mapa de Goiânia - Localização do bairro Jardim Guanabara	74
Figura 14	Projeto de desocupação do Aeroporto do Jardim Guanabara I.....	75
Figura 15	Casa original e casas modificadas Av.Absay Teixeira Guanabara III	76
Figura 16	Avenida Goiânia Jardim Guanabara III	78
Figura 17	Casa original-J.Guanabara II e casa modificada Rua GB-01 Jardim Guanabara II....	79
Figura 18	Área de ocupação irregular Jardim Guanabara II	80
Figura 19	Área de ocupação irregular Jardim Guanabara II	82
Figura 20	Projeto de Remoção do Jardim Guanabara II- Margem do córrego Pedreira	82
Figura 21	Residencial Orlando de Moraes - Total: 397 lotes	83
Figura 22	Tipos de lazer em % no Jardim Guanabara.....	88
Figura 23	Juizado de Pequenas Causas	92
Figura 24	Número de alunos das escolas estaduais -1990 a 2010.....	93
Figura 25	Distrito Sanitário da Região Norte Jardim Guanabara.....	95
Figura 26	Ginásio de Esportes –Jardim Guanabara.....	96
Figura 27	Campo de futebol entre o J.Guanabara III e Residencial Felicidade	97
Figura 28	Praça no Jardim Guanabara II.....	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	14
1.1- Aspectos da urbanização brasileira.....	15
1.2- O planejamento e a questão habitacional	29
CAPÍTULO 2 - GOIÂNIA: DO PLANEJAMENTO À EXPANSÃO URBANA	42
2.1 -Região Norte de Goiânia	56
CAPÍTULO 3 - O BAIRRO JARDIM GUANABARA.....	61
3.1- A Construção do espaço do Jardim Guanabara.....	61
3.2- Expansão e tendência à segregação	61
3.3- Importantes fatores de crescimento: o Aeroporto, a CEASA, a Brigada De Operações Especiais, a expansão do comércio e a Indústria Moveleira.	63
3.3.1- A instalação do Aeroporto de Goiânia	63
3.3.2- A criação da CEASA	64
3.3.3- Brigada De Operações Especiais(42º Bim).....	65
3.3.4- A expansão do comércio local e da Indústria Moveleira	66
3.4- O Jardim Guanabara.....	71
3.4.1- Jardim Guanabara I	72
3.4.2- Os Conjuntos Habitacionais Jardim Guanabara II e III	75
3.4.3- As áreas irregulares do Jardim Guanabara II	79
3.5- Perfil dos entrevistados do Jardim Guanabara e de suas moradias	84

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
Referências bibliográficas	101
ANEXO I -QUESTIONÁRIO –Entrevista destinada à população	106

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o modelo de urbanização brasileiro resultou na desigualdade social, na exclusão social e territorial, na falta de acesso à habitação, à terra urbanizada e regularizada e aos serviços urbanos de infra-estrutura, assim como os equipamentos urbanos que chegam à população de baixa renda.

Hoje, grande parte das cidades brasileiras vivem um processo de grande crescimento demográfico, o cenário urbano apresenta intensa transformação, o que provoca conflitos entre diferentes segmentos da sociedade e desenvolvimento desigual do espaço urbano. O que nos leva a conferir formas diferenciadas de apropriação da propriedade privada pela população e carência de infra-estrutura.

Sendo assim, o crescimento desordenado das cidades e a falta de gestão e de planejamento urbano resultaram na periferização e ocupações irregulares, loteamentos clandestinos e a proliferação de áreas urbanas degradadas e de risco.

Dessa forma podemos concluir que a problemática urbana é uma consequência do insuficiente desenvolvimento do processo produtivo, pois no espaço fundem-se os interesses do capital, da ação do Estado e a luta dos moradores contra a segregação do espaço e pelo direito à cidade.

No caso de Goiânia, a situação não é diferente das grandes metrópoles, aqui houve um rápido crescimento demográfico e econômico, “empurrando” grande parte da população de baixa renda à periferia da cidade, possibilitando a segregação e insuficientes formas de acesso à infra-estrutura, serviços básicos para a população.

Portanto, é possível notar o rápido crescimento demográfico de Goiânia, sob os reflexos da modernização conservadora, estabelecendo na cidade um processo de segregação socioespacial, consequência da falta de investimento por parte do governo em infra-estrutura e melhoria no atendimento desses serviços públicos (saúde, educação, segurança, e saneamento básico). Esses serviços, são de fundamental importância para assegurar a melhoria das condições de vida da população.

Então, apesar da expansão socioespacial, do crescimento do comércio , da instalação da indústria moveleira, da influência da CEASA, da instalação do Aeroporto da cidade , a presença da Brigada de Operações Especiais, grandes empresas atacadistas, porém é possível comprovar os problemas relacionados à infra-estrutura e de moradia, rompendo com o planejamento urbano, acentuando a contradição existente no bairro. A proposta aqui apresentada, é refletir sobre a organização do espaço, seu crescimento populacional e sobre a política habitacional proposta pelos governos federal, estadual e municipal. A nossa problemática é refletir sobre as transformações socioespaciais que ocorreram a partir da expansão urbana nos bairros Jardim Guanabara I, II, III e IV .

Da perspectiva socioespacial, identificar-se um aumento da população, um fluxo migratório, a segregação de uma parcela da população e mudanças no perfil dos moradores da área em estudo e melhoria nos investimentos de infra-estrutura (saúde, educação, e segurança) e do interesse do poder público em amenizar as contradições na região.

Analisar o processo de formação espacial de Goiânia, da Região Norte e do Jardim Guanabara , entendendo que, apesar de Goiânia ser uma cidade planejada, e que cresceu rapidamente, já não atende às expectativas e necessidades da maioria da população, condenando-a viver em áreas segregadas, impondo os interesses do capital, criando na cidade espaços onde a desigualdade social e econômica se faz presentes, apesar dos investimentos do poder público.

No capítulo primeiro, apresentaremos uma discussão teórica sobre a expansão urbana, destacando, por um lado , a importância do desenvolvimento econômico nesse processo e por outro as contradições e desigualdades que são produzidas no espaço. A problemática urbana, cuja maior expressão é a segregação espacial , é por nós compreendida como resultante da luta entre os interesses do capital e do trabalho, sendo que uma das reivindicações centrais das camadas populares dos habitantes da cidade é o direito à moradia. No caso de Goiânia , a situação não é diferente das grandes metrópoles. Houve um rápido crescimento demográfico, aliado ao crescimento econômico, segregando grande parte da população de baixa renda à periferia da cidade, produzindo a segregação e insuficientes formas de acesso à infra-estrutura, que são serviços básicos para a população.

No capítulo segundo, discutiremos o processo de formação territorial de Goiânia, desde o seu planejamento até a sua expansão territorial relacionada ao processo migratório, destacando a fragmentação do espaço e a formação da Região Norte, área que de acordo com o planejamento, seria destinada a indústrias e moradias para as classes populares. Hoje percebemos nessa Região, inúmeros investimentos do poder público, como por exemplo, a construção do Campus II da Universidade Federal de Goiás, rodovias que acabaram incrementando a GO-080 e a BR- 153, a ocupação da região com condomínios de classe média e bairros populares, além de provocar um grande interesse por uma parcela da população de menor poder aquisitivo, ocupando irregularmente algumas áreas.

Já no capítulo terceiro, a investigação diz respeito propriamente à área em estudo, destacando a importância do comércio varejista e atacadista, da indústria de móveis, da CEASA, na atração de fluxos populacionais para o bairro e áreas vizinhas. Esses são elementos determinantes na estruturação dos **bairros Jardim Guanabara I, II, III e IV**, já que esses bairros não estavam previstos nos planos originais. Porém, existe uma carência de serviços básicos para a população, que vai desde a falta de moradias em áreas adequadas até serviços de saúde, educação e segurança. A nossa problemática é refletir sobre as transformações socioespaciais que ocorreram a partir do crescimento populacional no bairro Jardim Guanabara.

Ainda que constatem a melhoria da infra-estrutura e dos equipamentos públicos instalados, decorrentes da expansão socioespacial registrada nas últimas décadas, o que provocou mudanças no perfil da população local (inicialmente composta por pessoas das camadas baixas e funcionários públicos dos conjuntos Jardim Guanabara II e III), é possível percebermos problemas relacionados à infra-estrutura e à moradia.

CAPÍTULO 1

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O ato de desvendar a organização do espaço urbano pode ser entendido como sendo mais um produto do trabalho do homem, visto desta perspectiva como transformador desse mesmo espaço. Assim, sendo o homem o agente principal na produção do espaço, com o objetivo de realizar modificações econômicas, políticas e sociais, o espaço geográfico é o lugar onde as relações sociais acontecem, lugar que os homens transformam e se transformam a partir de suas ações .

As transformações acontecem à medida que a sociedade se desenvolve por meio do processo de produção. Para entender o processo de produção e (re) produção do espaço geográfico, necessita-se da noção de processo de produção, visto que essa também se transforma pelas ações do homem, através do seu trabalho, incidindo numa consequente transformação do espaço . É a partir dessa produção, da realização do trabalho que o homem satisfaz suas necessidades. De acordo com CARLOS (2004, p. 21), a noção de produção de espaço está ligada a fatores de ordem social que vão além da produção de mercadorias .

O espaço na medida que é construído e reproduzido pelo homem, apresenta características próprias dos seus hábitos: culturas, crenças e política. O espaço é determinado pela reprodução das relações sociais, por isso se afirma que o espaço é uma criação humana , testemunha da história. Deve-se observar a produção e a (re) produção do espaço como algo que se transforma a partir da ação do homem através do seu trabalho.

Assim não podemos deixar de mencionar o papel do capital imobiliário e do Estado na formatação da cidade.(Moysés, 2005, p.197) É fundamental o papel do Estado na transformação da cidade, para gerenciar a política territorial, que torna a cidade em “ cidade legal ”.

No entanto, o processo de (re)produção do espaço urbano, manifesta a dimensão das contradições sociais formuladas nas relações de produção.

“O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual “a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 1994 , p. 45).

1.1 Aspectos da urbanização brasileira

Hoje, o mundo demonstra crescente urbanização e o crescimento territorial das cidades são decorrentes do modelo que se efetivou no período contemporâneo. Esse modelo espacial se baseia na desigualdade entre as nações e na desigualdade da distribuição da população no território.

No período que se estendeu da década de 40 até a década de 80, a população brasileira passou de predominantemente rural para se tornar urbana. Este movimento desenvolveu-se sob o modelo de desenvolvimento urbano segregador, que privou as classes sociais menos favorecidas de renda e de condições básicas de inserção efetiva na cidade. Mais do que isso, revelou-se em um modelo de urbanização concentrador.

No Brasil o processo de urbanização deu-se praticamente no século XX. Neste período a população urbana cresceu 34,4% entre 1940 e 1980. Entretanto, a mudança de um país predominantemente rural para um país urbano ganhou velocidade a partir da década de 60, estendendo-se até a década de 70 (IBGE,1991). Num grande movimento entre 1960 e 1980, houve uma inserção de quase 50 milhões de pessoas nas áreas urbanas; o êxodo rural representou, portanto, algo próximo de 57% do crescimento urbano no período. A partir de então a urbanização ampliou-se, tornando-se complexa e dinâmica, envolvendo cidades de diversos tamanhos, além das metrópoles.

Quadro1: Grau de urbanização, segundo as Grandes Regiões do Brasil-1980/2010 em (%)

Regiões	1980	1991	2000	2010
Brasil	67,59	75,59	81,23	84,35
Norte	50,32	59,05	69,04	73,51
Nordeste	50,46	60,65	69,04	73,13
Sudeste	82,81	88,02	90,52	92,92
Sul	62,41	74,12	80,94	84,93
Centro-oeste	70,84	81,28	86,73	88,82

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980-,1991,2000 e 2010. Dados organizados pela autora

O maior incremento populacional urbano correspondeu, sistematicamente, ao longo dos últimos anos, à Região Sudeste, que, entre 1991 e 2000, absorveu 38,17% desse incremento. É importante destacar que o nível de urbanização nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul atingiu índices bastante elevados, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste, cujos níveis ainda estavam um pouco abaixo de 70,00%, o crescimento nessas regiões vem se dando gradativamente.

As Regiões Norte e Centro-Oeste continuaram aumentando a sua representatividade no crescimento populacional. Enquanto isso, a Região Sudeste se mantém como a mais urbanizada do país, particularmente o Estado de São Paulo, passa a atrair uma grande massa de população migrante originária de áreas de estagnação econômica do Nordeste, principalmente. (Sinopse do Censo do IBGE, p.15). Mas mesmo assim, a Região Nordeste, possui o segundo maior contingente populacional do país.

Essa distribuição da população modificou o perfil da própria população urbana. Em 1970, mais da metade da população já residia em cidades com mais de cem mil habitantes, e um terço naquelas acima de quinhentas mil pessoas. Em 2000, cerca de 60% da população urbana residia em cidades com mais de cem mil habitantes, mostrando que urbanização e concentração da população nas grandes cidades foram processos simultâneos no Brasil.

Quadro 2: População por regiões 1991, 2000 e 2010

Regiões	1991	2000	2010
Norte	10.257.266	12.900.704	15.865.678
Nordeste	42.470.225	47.741.711	53.078.137
Sudeste	62.660.700	72.412.411	80.353.724
Sul	22.117.026	25.107.616	27.384.815
Centro-oeste	9.412.242	11.636.728	14.050.340
BRASIL	146.917.459	169.799.170	190.732.694

Fonte: IBGE- Censo Demográfico-1991-2000-2010 Organizado pela autora

Dessa forma é possível verificar que houve crescimento da população em todas as regiões do país. Observando a tabela acima, percebe-se que a região Sudeste é ainda, a que mais cresce, historicamente, em razão do processo de industrialização; em segundo lugar a região nordeste, que nos últimos anos vem recebendo maiores investimentos, concentra grande parte da população.

A concentração da população brasileira nas aglomerações metropolitanas é nítida desde a década de 1990, até o ano 2010 resultado do intenso fluxo migratório que se intensifica desde os anos 1970.

A grande concentração espacial do desenvolvimento da economia brasileira, comandada pelo processo de industrialização no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, ampliou os desequilíbrios regionais e sociais, impulsionando as migrações internas, que transferiram a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil.

A urbanização em direção aos muitos núcleos urbanos que se formaram no país nas últimas décadas favoreceram diretamente o surgimento de várias aglomerações urbanas nas regiões metropolitanas, contribuindo para a expansão dessa rede urbana .

Sobre esta questão Milton Santos afirmava

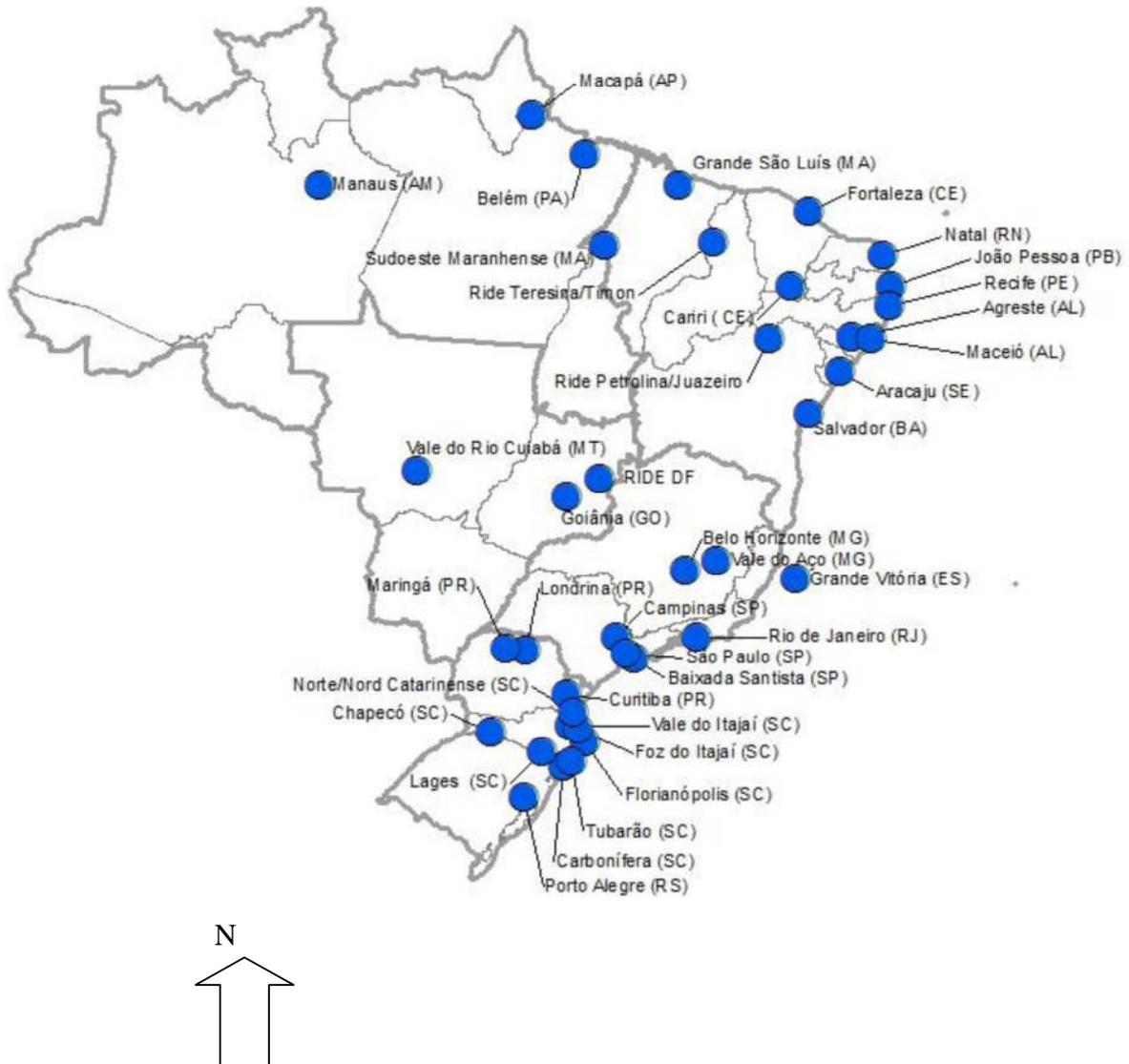
... haver duas tendências na urbanização brasileira: crescimento de RMs¹ e de cidades médias. Assim, enquanto as RMs se adensavam populacionalmente nas décadas de 1980 e 1990, também as cidades de mais de 500.000 de habitantes cresciam e ainda mais as de 200.000 a 500.000 habitantes (Santos, 1994, p.95)

Os espaços periféricos metropolitanos foram tratados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, como regiões habitadas por população operária, em terrenos ocupados por loteamentos clandestinos/irregulares, com acesso precário a equipamentos e serviços urbanos.

Hoje de acordo com o Observatório das Metrôpoles, constatou se que o Brasil conta com 35 regiões metropolitanas (RMs) e 3 regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE's). Algumas áreas de expansão metropolitana e entorno metropolitano definidos em lei. No caso das RIDE's, vale lembrar ainda, que na sua composição inclui municípios de diferentes unidades de federação. (Observatório das Metrôpoles, 2010, p. 1)

1- Regiões metropolitanas

Figura 1: Localização dos espaços urbanos metropolitanos (RMs s RIDES)



De acordo com RIBEIRO,

“Vale lembrar que os espaços considerados metropolitanos têm enorme importância na concentração das forças produtivas nacionais, segundo o grau de integração com a dinâmica metropolitana. Eles centralizam 62% da capacidade tecnológica do país, medida pelo número de patentes, artigos científicos, população com mais de 12 anos de estudos e valor bruto da transformação industrial (VTI) das empresas que inovam em produtos e processos. Nestas 15 metrópoles estão concentrados também 55% do valor de transformação industrial das empresas que exportam”. (RIBEIRO et. al., 2011, p. 4)

Percebe-se que a expansão urbana é um fenômeno recente no Brasil, articulada ao conjunto de mudanças no sistema econômico. Desde a segunda metade do século XX, o processo de industrialização e urbanização² passou a predominar no Brasil. Para entender a cidade, é preciso compreender a complexidade das atividades econômicas, a concentração e a dispersão territorial e a dinâmica da população. A expansão urbana é o resultado de industrialização e urbanização que atinge tanto as áreas urbanas quanto as rurais.

A evolução do sistema urbano brasileiro nas últimas três décadas esteve intimamente relacionada à dinâmica regional do país. A expansão e as transformações do setor produtivo regional e as questões relativas à concentração e desconcentração espacial têm, evidentemente, um forte impacto sobre o urbano.

As atividades rurais estão cada vez mais vinculadas às atividades industriais, ao comércio e os serviços e com o setor financeiro. O espaço urbano extrapola os limites da cidade, por exemplo, com o agronegócio e o turismo ecológico. A relação campo/ cidade se dinamiza, recriando novos espaços, assim é preciso compreender o campo e a cidade como espaço que se interagem, não como oposição.

No caso brasileiro, a expansão urbana coincide com o crescimento da economia cafeeira e conseqüente desenvolvimento industrial, restrita à região Sudeste, mais tarde se expandiu para outros pólos regionais, intensificando o processo migratório no país, com forte concentração nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

No entanto, a cidade deve ser entendida como um espaço de transformações territoriais, sociais políticas e econômicas, como espaço de concentração da produção, circulação, edificações, consumo de bens e serviços e centro de decisões políticas.

Segundo Rolnik:

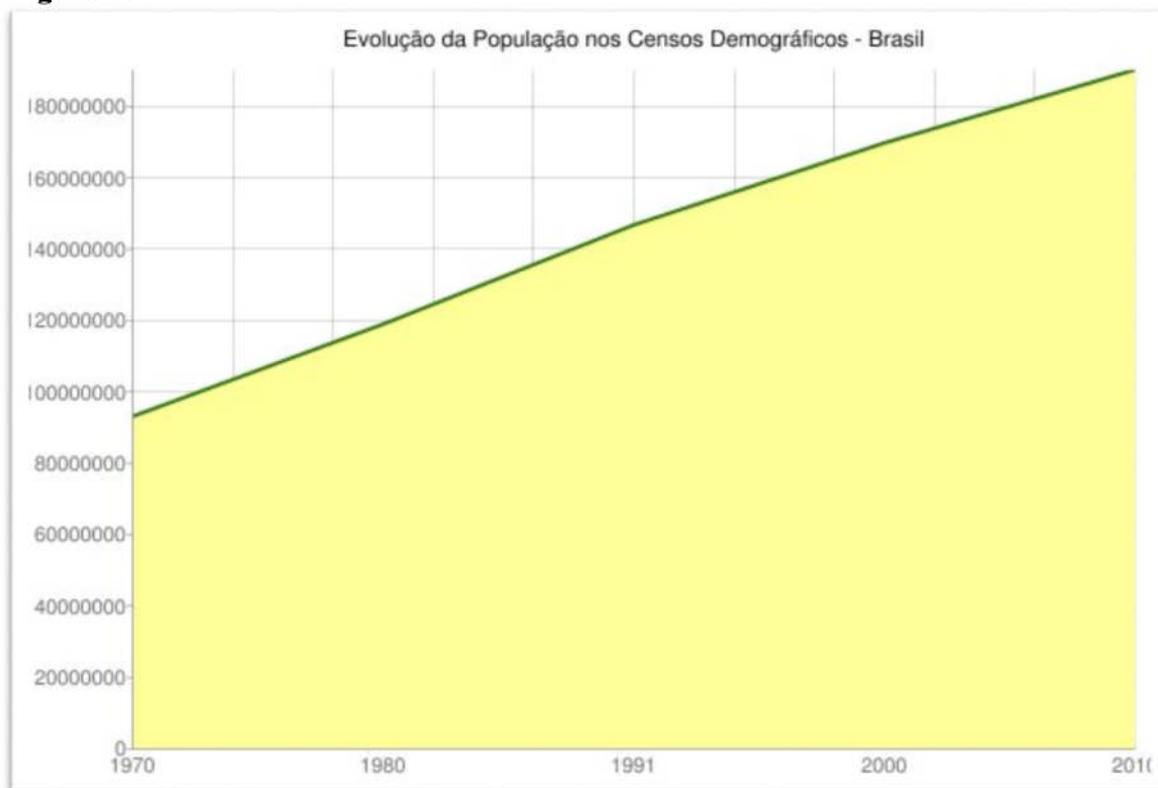
“ a cidade é antes de mais nada um imã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens, antes mesmo de se tornar local permanente local permanente de trabalho e moradia.” (1994, p. 12)

² Entende-se como urbanização, a concentração da população urbana em algumas cidades, metrópoles e aglomerações urbanas.

Já Milton Santos destaca em um de seus livros a necessidade de novas formas econômicas, não só de produção material, mas também de produção não-material, saúde, educação e lazer (Santos, 2009, p.41).

Dessa forma, a urbanização é um fenômeno que atinge praticamente toda sociedade, espaço de compreensão da dinâmica e concentração da riqueza, da desigualdade social e também econômica.

Figura 2:



Fonte: IBGE – <http://www.ibge.gov.br> (Acessado em 31-05-2011)

De acordo com o gráfico, que representa a evolução da população brasileira percebe-se que do período de 1970 a 2010, houve considerável crescimento da população, pode-se dizer cresceu o dobro daquela existente em 1970. Considerando que grande parte dessa população passou a se concentrar na zona urbana, devido tanto ao processo de desenvolvimento econômico do país quanto dos equipamentos urbanos. Para Castells:

o termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana. (CASTELLS, 2000).

Assim, ao mesmo tempo acontecem dois processos: a urbanização e a expansão urbana. Entretanto a expansão urbana pode ocorrer como consequência de outros dois processos : baixa densidade em áreas residenciais e descontinuidade na ocupação do solo urbano, onde lotes ficam a princípio sem uso , esperando por valorização , o que comumente é chamado de especulação imobiliária³ ,esse processo é bastante comum no Brasil. A formação dos vazios ocorre porque novos loteamentos são implantados em áreas não contíguas aos loteamentos existentes , dotados de alguma infra-estrutura .Então, áreas de terras desocupadas são mantidas entre antigos bairros e os novos, as quais adquirem uma valorização pelo efeito das externalidades positivas geradas no seu contorno. Entretanto, há de se entender , que a especulação imobiliária gera ônus para a população de baixa renda que ocupa a periferia, na medida que esses vazios são mantidos ociosos , o que implica em maior custo da infra-estrutura. Para Luiz Cesar Ribeiro:

... grande parte da população, formada pelos trabalhadores, é espoliada, por não ter reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo habitacionais –moradia e serviços coletivo. (RIBEIRO, 2005, p.47)

Na verdade, não existe na cidade uma separação do local de residência das diferentes classes sociais, porém é nítida a tendência de aglomeração de uma mesma classe social na mesma região, a esse processo dá-se o nome de segregação socioespacial.

Ainda de acordo com Ribeiro,

O termo segregação espacial :“pode-se identificar duas concepções : segregação como diferença de localização de um grupo em relação aos outros grupos - essa de inspiração marxista , explica a segregação como decorrência das desigualdades de classes da sociedade. E segregação como chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos materializados na cidade- de inspiração Weberiana, explica a segregação como resultado da distribuição desigual do prestígio, da honra social e do poder. Nas duas vertentes, a segregação é a espacialização da estratificação da sociedade”.(2005,p.94)

Sposito, enfatiza que a segregação espacial, pode ser compreendida como resultado de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva , a cidade ao rompimento da comunicação entre as pessoas nos subespaços , conduz a fragmentação do espaço urbano.

³ A especulação imobiliária pode ser entendida como investimento sem ganho ,a não ser na compra da terra , a espera de valorização .

A cidade é entendida como lugar onde o homem reproduz o capital ,para satisfazer suas necessidades como o consumo, lazer, moradia , trabalho. A cidade representa trabalho materializado. É também um campo de lutas de classes e de movimentos sociais e de divisão social . Pois na cidade fundem -se diferentes interesses : do capital , a ação do Estado e os interesses dos moradores na luta pelo direito à cidade,é nesse sentido , que aparecem as relações contraditórias no espaço urbano,podendo causar profundos conflitos.

Todavia o espaço urbano é o local onde as classes sociais vivem e se reproduzem, numa sociedade de classes distintas e com direitos à cidadania plena e igual , porém o acesso é diferenciado, pois depende do poder aquisitivo de cada um . A cidade pode ser expressa como construção humana , como produto histórico-social, a cidade aparece como trabalho materializado, resultado do acúmulo ao longo do tempo, produto da construção histórica e da realização humana. Caso seja uma construção problemática , a produção da cidade terá como resultado uma prática também problemática, podendo revelar as contradições do espaço urbano. Isso faz lembrar a citação de SANTOS,

Quanto maior a cidade , mais visíveis se tornam as mazelas, consequências da expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que são orientados para os investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais.
(Santos,2009,p.105)

A maioria das cidades brasileiras demonstra problemas semelhantes , tanto de ordem social como econômica ,como problemas de desemprego, carência de transporte e de moradias , de acesso a educação e saúde e de moradia. Esses fatores podem ser vistos como fatores desestruturante do sistema capitalista , na qual está inserida a sociedade , onde se pode ressaltar a contradição que existe entre as classes sociais. Observa-se o agravamento da segregação sócio-espacial, que resulta em prejuízo para a população carente .Conclui-se que a cidade está subjugada ao homem, às necessidades de reprodução do capital , onde o homem se instala e satisfaz suas necessidades de consumo e lazer , palco também de desigualdades e contradições .

Vale lembrar que a cidade se reproduz rapidamente, passa por uma transformação diária, se modificando de forma heterogênea, há diferenças tanto , nos valores, quanto nas relações entre as pessoas da sociedade e no padrão arquitetônico da cidade ,que segrega e expulsa o homem de menor poder aquisitivo.

Segundo Carlos, “O espaço não se (re)produz sem conflitos e as contradições inerentes a uma sociedade de classes” (2008, p. 79). A cidade passa por uma transformação imposta pela crescente urbanização que ocorre nas grandes cidades, deixando profundas conseqüências, como grandes áreas muito bem estruturadas, outras com pouca ou sem infraestrutura alguma.

A cidade começa a demonstrar seus problemas a partir do século XX , aliada à reprodução do capital ,determinando relações de dominação e de consumo. Os novos padrões determinam nova forma de constituição da sociedade e de consumo, imposto pela mídia, que aproxima os homens ou também isola. Isso constitui a base da transformação das cidades ,onde o espaço se integra , mas também pode se fragmentar, de acordo com a reprodução do capital e das relações sociais.

A problemática urbana citada por Lefebvre (apud Carlos, 2004, p. 30) como resultado do processo de industrialização, período em que houve uma produção econômica qualitativa e quantitativa e também toda problemática urbana, característica própria da reprodução do capital, que possui tendências contraditórias.

Sendo assim, percebe-se o uso diferenciado da cidade que demonstra que o espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória . A desigualdade espacial é fruto da desigualdade social. A cidade aparece espaço apropriado pela população, que passa a ser o espaço da luta de classes. Existe uma luta pelo espaço urbano, de um lado as classes privilegiadas e de outro as classes empobrecidas que se anulam nesta luta, que não participam do processo produtivo.

Com o processo de urbanização das grandes cidades ,vão consolidando as periferias , marcadas pela heterogeneidade em termos de ocupação e crescimento econômico. Paralelamente, o poder público prioriza os investimentos nos setores mais ricos da cidade .Existe uma contradição nesse processo de desenvolvimento das metrópoles e a expansão da periferia , excluindo grande parte dos moradores e negando os direitos sociais básicos , como possuir uma moradia e ter acesso a equipamentos públicos e infra-estrutura. É a expressão da desigualdade social, destinando os mais pobres aos piores lugares da cidade. Problema agravado devido a precarização do mercado de trabalho, o desemprego, que afeta as camadas

mais pobres e menos escolarizada da população, sendo levada a uma migração constante, processo associado a especulação imobiliária.

Nas áreas segregadas ,há marcante ausência da ação do Estado, gerando uma estrutura urbana precária , com equipamentos sociais e infra-estrutura insuficientes , o que compromete a qualidade de vida , a mobilidade e o acesso da população aos serviços e ao mercado de trabalho. Nesse caso o Estado deveria produzir a infra-estrutura necessária para as novas atividades produtivas e residenciais. Nesse aspecto, o Estado tem uma presença contraditória nas periferias, pautada no controle social e repressão, o Estado passa a ser um elemento de dominação, permitindo mudanças na legislação e transformações na lei de zoneamento urbano. Quanto à segregação não se deve esquecer, que ela está relacionada a ação do Estado, pois ele deve promover melhoria dos serviços urbanos. Ele utiliza estratégias de **renovação urbana**, que pode ser entendida como o conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, que nada mais é do que a reprodução do capital, na reorganização do espaço, que segrega a população de baixa renda, expulsando-a para a periferia .

Nesse sentido, o Estado é agente do espaço urbano ,que age como mediador entre os diferentes segmentos da sociedade, a classe dominante e as classes subordinadas. Em outras palavras , o Estado produz uma política segregadora dos equipamentos urbanos, sendo omissivo, visando beneficiar os interesses das classes hegemônicas. E nem o Estado se utiliza de um discurso de “interesse público”, com o discurso da modernização necessária ao crescimento, deslocando a população residente de baixa renda para áreas, onde os terrenos possuem menor valor. É na verdade a mercantilização do espaço ou pode-se chamar de reprodução do capital, interferindo assim na reprodução do espaço.

Por um lado ,muitas vezes a reorganização do espaço se faz necessário (revitalizar ou reestruturar), o fato é que é preciso “planejar o espaço”,pensar na reorganização do espaço visando atender não somente os interesses do capital, mas nas conseqüências desse planejamento para o cidadão de baixa renda.

Percebe-se então, que a ação do Estado é de fundamental importância para a organização das cidades ,que atua de forma direta na geração dos conflitos urbanos. Surgem então os movimentos sociais pelo direito à cidade. Pois é no espaço urbano que se fundem os interesses do capital ,a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência

contra a segregação do espaço. Cabe ao Estado ,dentro da lógica capitalista , garantir a reprodução do capital , gerenciar os conflitos e amenizar as contradições do sistema , reordenando o espaço em busca do equilíbrio econômico, social e político.

Uma característica comum nas metrópole é o processo de segregação ,pode ser diferenciado na forma de acesso do cidadão a moradia ; podendo ser espontânea ,de acordo com a renda dos moradores ,que muitas vezes buscam o isolamento em condomínios fechados (quando a renda é maior). Ou nas periferias, com moradias auto-construídas, como forma de sobrevivência, nesse caso não é se isolar da cidade. Nesse caso a segregação pode ocorrer ,devido ao aumento da população e por outro lado a valorização dos terrenos , que deixa áreas imensas na cidade vazias. O espaço da moradia é uma das necessidades básicas do homem e está associado ao preço da terra .

Outra forma é o que Lefebvre chama de **“segregação programada”**(2001,p.97),que se realiza através da intervenção do Estado que utiliza de políticas urbanas, de infraestrutura, incentivando o deslocamento das atividades , valorizando ou desvalorizando áreas, sob o pretexto do planejamento.

Essa forma nada mais é do que a mercantilização de terrenos , nesse caso , o espaço adquire valor de troca ,mod ificados pelo processo produtivo, determinado pela reprodução do capital, apoiando-se no discurso do progresso e de desenvolvimento econômico, com a participação do Estado e do poder privado.

Na verdade , a cidade se organiza a partir de estratégias de reprodução do capital, mesmo aquelas “planejadas” , já distantes do seu planejamento original, pois já não comporta a população , os grandes investimentos recebidos em nome do progresso . No entanto é marcada pelos conflitos e diferenças de necessidade da sociedade e dos interesses do capital. Enquanto o capital objetiva a sua reprodução através do processo de valorização , a sociedade busca melhores condições de vida. Assim fica claro,que os interesses e as necessidades da população são contraditórias , expressa na necessidade da luta de classes , para se apropriar do espaço.

Um aspecto da cidade que chama atenção é o contraste que existe na paisagem urbana. Pois a cidade não passa de uma concentração de pessoas exercendo determinada função, uma

série de atividades concorrentes ou complementares Logo, a produção do espaço tende a ser diferenciado ,também pelo uso que se faz do espaço: trabalho, lazer, indústria, moradia.

Dessa forma o uso do solo se dá a partir dos interesses do capital e da sociedade como ,enquanto o capital tem como objetivo se reproduzir , a população busca melhor qualidade de vida. A população carente procura áreas mais distantes com terrenos mais baratos , a população de melhor poder aquisitivo busca por bairros onde a infra-estrutura é melhor assistida , enquanto algumas áreas são reservadas ao comércio e a indústria , podendo até se misturar com as áreas residenciais.Assim , a cidade revela a sua contradição, refletida na distribuição de renda e no processo de produção , deixando claro as diferenças que existem no espaço urbano, gerado pela disputa entre os diferentes segmentos da sociedade.

Observando os dados abaixo, concluímos que a maioria dos municípios apresentam taxas elevadas de crescimento . Goiânia é uma das cidades que mais cresce, por ser a capital , pelo fato de oferecer maior infra-estrutura e possibilidades de trabalho – formal e informal - acabou atraindo um grande número de migrantes . Porém grande parte desses migrantes se instalam nas cidades do entorno de Goiânia, onde o custo com moradia é menor, trabalham em Goiânia e moram nas cidades da região metropolitana,o que é chamado de migração pendular⁴. As cidades que mais cresceram nas duas últimas décadas são na região metropolitana de Goiânia : Aparecida de Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Trindade. Essas são as cidades mais procuradas pelos migrantes .

Em Goiânia, o alto preço do solo urbano e das moradias populares , gerado pela especulação imobiliária, obriga a população carente a buscar áreas cada vez mais distantes para morar, onde os custos relativos a ocupação do solo são menores.

⁴ Migração pendular- Nome dado a população que trabalha numa cidade e mora em outra, fazendo o movimento migratório todos os dias.

Quadro 3: População total da Região Metropolitana de Goiânia por municípios-1991 a 2010

Municípios	1991	1996	2000	2010
Abadia de Goiás	2.860	3.343	4.971	6.876
Aparecida de Goiânia	78.483	265.868	335.392	455.657
Aragoiânia	4.910	5.713	6.424	8.365
Goianápolis	1 0.716	10.191	10.671	10.695
Goiânia	922.222	1.001.756	1.093.007	1.301.892
Goianira	12.896	15.194	18.719	34.060
Hidrolândia	10.254	11.199	13.086	17.398
Nerópolis	12.987	15.241	18.578	24.210
Santo Antônio de Goiás	1.988	2.437	3.106	4.703
Senador Canedo	23.905	44.266	53.105	84.443
Trindade	54.072	68.558	81.457	104.488

Fonte: Censo demográfico –IBGE 1991 -2010 Dados organizados pela autora

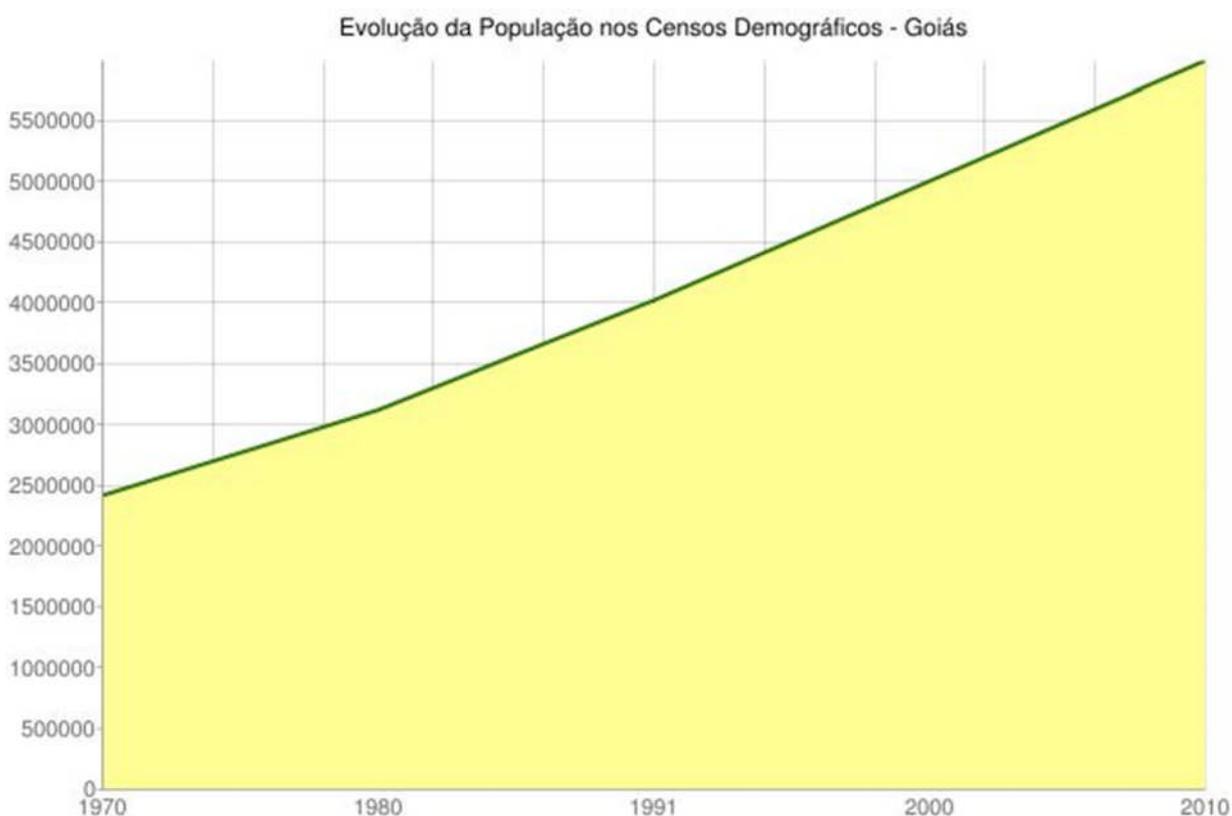
Quadro 4: População rural e urbana de Goiás e Goiânia 1991- 2010

Unidade da Federação e Município	Situação do domicílio	1991	2000	2010
Goiás	Total	4.018.903	5.003.228	6.004.045
	Urbana	3.247.676	4.396.645	5.421.069
	Rural	771.227	606.583	582.976
Goiânia-GO	Total	922.222	1.093.007	1.301.892
	Urbana	913.485	1.085.806	1.296.969
	Rural	8.737	7.201	4.923

Fonte: IBGE – <http://www.sidra.ibge.gov.br> (Acessado em 31-05-2011)
Censo demográfico: 1991, 2000 e 2010. Organizado pela autora

Analisando o Estado de Goiás no que se refere ao processo de urbanização, houve crescente número de pessoas na área urbana e relativa diminuição nos dados absolutos da população rural. Também pode ser observado na tabela, que em Goiânia, o seu espaço urbano apresentou um número de habitantes crescente e em seu espaço rural, o que se verifica é uma redução considerável de pessoas nas últimas quatro décadas. Devendo lembrar aqui, a política desenvolvida pelo Estado, na área rural, levando a cada vez mais a concentração da terra e a expulsão do homem do campo. Embora o Estado tenha desenvolvimento distinto de outros, nos aspectos históricos, econômicos e sociais, ainda assim, no que se refere a urbanização, Goiânia demonstra que já se encontra na complexa realidade do mundo urbanizado, manifestado na dinâmica do seu espaço, podendo ser comparado ao das grandes metrópoles brasileiras.

Figura 3: Evolução da população nos censos demográficos



Fonte: IBGE – <http://www.sidra.ibge.gov.br> (Acessado em 31-05-2011)
Organizado pelo autor

1.2 O planejamento e a questão habitacional

Com a intensa urbanização no Brasil, vimos que esse processo, não cresceu na mesma proporção da geração de empregos, nem na oferta de moradias, infra-estrutura, serviços urbanos, provocando uma ocupação desordenada do solo e a conseqüente expansão da periferia. Deste modo, a desigualdade associada ao crescimento urbano, incrementaram a demanda habitacional e acabaram por gerar um significativo déficit habitacional. Neste cenário, a ocupação de áreas irregulares se tornou uma das marcas das cidades latino-americanas. De fato, são raras as cidades que não têm uma parte significativa de sua população vivendo em assentamentos precários.

A questão do déficit habitacional afeta boa parte das famílias brasileiras. Esse problema continua sendo preocupação para os representantes políticos e líderes que defendem o direito do cidadão, apesar de toda política habitacional adotada, não tem sido suficientemente para suprir as necessidades da população.

Contudo, não se pode perder de vista que a questão habitacional consiste em apenas uma das faces da desigualdade social, uma vez que se refere a vários aspectos da vida dos cidadãos, como a distribuição de renda, a educação, a saúde, a moradia, os serviços públicos, o trabalho, a segurança, a participação política, dentre outros. De fato, a exclusão consiste em um agente de reprodução da desigualdade.

A carência habitacional está no centro do nosso problema urbano, na medida em que, razão da exclusão de grande parte da população do mercado imobiliário formal, a 'solução' do chamado déficit habitacional tem sido a inserção marginal na cidade. Prevalece a lógica perversa, produtora da maior parte dos chamados problemas urbanos: quem está fora do mercado, somente tem acesso à moradia à margem da cidade. (Ribeiro, 2005, p. 48)

A carência de moradia adequada, de saneamento básico, serviços urbanos, educação e saúde constitui um dos grandes desafios da sociedade moderna. Embora não seja apenas um problema exclusivo do Brasil, mas é conseqüência do modelo universal de urbanização, resultante da incapacidade de ofertar moradia e infra-estrutura, devido a falta de planejamento por parte dos órgãos públicos, resultando na ocupação desordenada das cidades e da periferia.

Entretanto a moradia é uma necessidade básica, que se confunde com o acesso à propriedade, fruto do esforço de cada pessoa ou como direito do cidadão e responsabilidade do Estado. O direito à moradia é reconhecido pela Comunidade Internacional desde a sua inclusão na *Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, no artigo 25*:

Proclama que todos têm o direito a um padrão de vida adequado à saúde e bem-estar de sua família, incluindo alimentação, vestimenta, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais necessários, bem como o direito à segurança. (Lorenzetti, 2001, p. 4)

Na verdade, o tema “direito à moradia adequada” tem sido debatido em várias conferências internacionais, como referência na formulação de ações para a questão da moradia. A partir de 1940, a questão habitacional é cada vez mais debatida no país, na medida que se acentua o processo de urbanização. Na década de 60 o Estado passa a intervir na questão habitacional, na tentativa de solucionar os conflitos sociais. Uma das dificuldades nesse período, é o limitado mercado da habitação, que não acompanhou o processo de urbanização.

Dessa forma em 1964 foi criado o Sistema Financeiro da Habitação –SFH-, tinha como objetivo criar habitações, para atender o déficit de moradias, para atender as classes populares, financiadas pelo FGTS⁵.

Entretanto, para melhor compreender essa política, faz-se necessário uma análise da evolução da política habitacional no Brasil, sobretudo a relacionada com a habitação popular. A política habitacional, para atender diferentes segmentos da população, em termos de renda, divide as famílias em algumas categorias; a primeira: com renda de até 3 salários mínimos e mais tarde até 5 salários mínimos, seria atendido pelas Companhia de Habitação em nível Municipal ou Estadual (COHABs). Já o mercado econômico - voltado para famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos, faixa ampliada posteriormente pelas Cooperativas Habitacionais, que consistiam em associações sem fins lucrativos formadas, a partir de categorias profissionais e que intermediavam os mutuários e o BNH.⁶ As empresas privadas, responsáveis por atender a classe média e alta, com renda mensal acima de 6 salários mínimos. O que se constatou é que, a construção de moradias tem sido dominada pela

⁵ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

⁶ BNH -Banco Nacional de Habitação

iniciativa privada e pelas cooperativas. A comercialização era empreendida pelos agentes promotores que contratavam financiamento com o BNH. O Estado, através do SFH⁷, ditava as normas e estabelecia as condições de acesso à habitação através de diferentes tipos de financiamento, exigências de renda familiar, prazos, juros e sistemas de amortização.

Deste modo, que o BNH teve fases distintas. A primeira delas estende-se de 1964 a 1967 e consiste no período de implantação e estruturação do BNH. Caracterizou-se ainda pela instituição da correção monetária nos contratos de empréstimos com mecanismos de compensação inflacionária. A segunda fase, corresponde ao período 1967-1971, se caracteriza pela ampliação dos recursos financeiros e das suas funções, passando a cuidar do desenvolvimento urbano e do saneamento. A terceira fase, de 1971 a 1979, correspondeu a um momento de reestruturação do banco, apenas repassando recursos. Este período representou uma busca do BNH por maior legitimação popular. Entre 1979 e 1983 desenvolveu-se a quarta fase, com modelos mais flexíveis de financiamento, visando popularização. A quinta fase, que se estendeu de 1983 a 1986, representou um período de descapitalização do banco, em decorrência do crescente número de mutuários inadimplentes.

Entretanto, constata-se que entre 1964 e 1986, cerca de 4,5 milhões de unidades foram financiadas, ou seja, foram construídas com recursos do BNH.

Desse total apenas “1,5 milhão (33%) foi destinado aos setores populares, sendo que os atingidos pelos programas alternativos (entre 1 e 3 salários mínimos) foram contemplados com apenas 250 mil unidades, o que significa 5,9% do total”. (AZEVEDO e RIBEIRO, 1996, p. 13)

Tais dados demonstram que o sistema não conseguiu solucionar a crise habitacional brasileira, o que resultou no aumento da ocupação de pessoas em áreas irregulares no referido período. Cabe mencionar que em meados de 1986, um grande volume de verbas foi canalizado para o desenvolvimento urbano (sistema viário, metrô e para saneamento) e, estes recursos, raramente foram devolvidos aos BNH pelos prefeitos que o tomaram como empréstimo, o que contribuiu de modo decisivo para a falência e extinção da instituição.

⁷ SFH- Sistema Financeiro de Habitação

Vale lembrar que na década de 80 e 90, por um lado o quadro demográfico brasileiro passou por mudanças. A mortalidade continuou em queda devido a vacinações e medicamentos a ampliação da rede de saneamento básico, além do declínio da fecundidade e redução dos fluxos migratórios para as regiões mais desenvolvidas.

Por outro lado, a periferização da população metropolitana acentuou-se e os moradores mais pobres foram expulsos para áreas cada vez mais distantes, inclusive municípios vizinhos. Ainda, deve-se considerar o processo de desconcentração industrial, impulsionado pela existência de regiões com mão-de-obra mais barata e impostos menores. O país vive um processo de redistribuição populacional e de empregos, sobretudo as áreas metropolitanas passam por transformações no padrão de crescimento populacional e de empregos.

No que diz respeito a habitação, tentou-se elaborar uma nova política a partir de um diagnóstico do déficit habitacional. Buscou-se um novo sistema de captação de investimento: o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que se encontra fundamentado nos pressupostos, que são eles: *a construção passa a ser financiada por captação direta no mercado de capitais, além da poupança e do FGTS*; distingue-se de forma mais clara o financiamento destinado à população de baixa renda, que necessita de subsídios para o financiamento. Contudo, a população com maior renda passa a ter à sua disposição novas modalidades de financiamento habitacional.

Desde o início dos anos 80, a economia brasileira vivenciava um intenso processo de recessão. A partir de 1986, a economia se recupera, passando por um pequeno crescimento de 1987 até 1989 e entrando em novo declínio no período que se estendeu de 1990 a 1992. De fato, já em 1985, o quadro habitacional apresentava baixo desempenho e alta inadimplência.

Sérgio de Azevedo, afirma que “no início de 1985, quando se implantou a chamada Nova República, o quadro existente no setor habitacional apresentava, resumidamente, as seguintes características: baixo desempenho social, alto nível de inadimplência, baixa liquidez do Sistema, movimentos de mutuários organizados nacionalmente e grande expectativa de que as novas autoridades poderiam resolver a crise do Sistema sem a penalização dos mutuários” (AZEVEDO, 1996, p. 79).

De acordo com a nova política implantada, os programas visavam atender primeiro, segmentos da população de renda média, financiado parte pela iniciativa privada e parte por Cooperativas Habitacionais. Para a população com renda inferior a três salários mínimos, o

atendimento deveria ser feito por empresas públicas estaduais e municipais através do Programa de Habitação Popular (Rigatti,1997,p.77). Esse programa era destinado a população de baixa renda, possibilitando o acesso a infra-estrutura e equipamentos comunitários. As cooperativas habitacionais tiveram suas primeiras experiências em 1964, passando por diversas modificações até 1975. Essa política habitacional se dá no auge da acumulação capitalista. Dessa forma fica claro que a problemática da habitação tinha como prioridade as questões econômicas e políticas da época e não a organização do espaço. Do ponto de vista político, a habitação social serviu para atender demandas associadas ao projeto político brasileiro e do ponto de vista econômico, atendia os interesses de empresas privadas , sem a preocupação em resolver a carência de habitação popular.

Observando os dados da PNAD DE 1990 e do censo de 1991, existia um déficit quantitativo de 5 milhões de moradias ,refere-se aos domicílios improvisados , sendo que 75% do déficit concentra-se nas regiões Nordeste e Sudeste . Situação que pode ser explicada pela dificuldade de acesso à terra urbana , onde o custo do imóvel é maior. Observando estudos da Fundação João Pinheiro (FJP) , 25% do déficit habitacional está localizado nas áreas metropolitanas , 42% nas demais áreas urbanas e 33% nas áreas rurais . O estudo da FJP aponta ainda que 8,8 milhões de habitações são consideradas inadequadas , pela carência ou insuficiência de infra-estrutura básica , o que implica no déficit qualitativo. O Relatório Nacional Brasileiro apresentou na Conferência Istambul+5, um déficit quantitativo de 5,6 milhões de moradias e 13 milhões de moradias urbanas com déficit qualitativo ,lembrando que esses valores não incluem a carência de moradias em áreas irregulares .

Com a posse do governo Itamar Franco pouco se fez em relação à habitação. O SFH permaneceu com um rombo financeiro e passou a falar em descentralização, através da criação de Fundos e Conselhos estaduais e municipais. Foram formuladas duas propostas (“Habitar Brasil” e “Morar Município”), que pretendiam proporcionar produção em larga escala, descentralização e gestão popular.

Percebe-se, portanto que os referidos Programas apresentam as mesmas características básicas: o alvo era atender a população de baixa renda e as que viviam em áreas de risco; além dos custos de urbanização dos terrenos, legalização, elaboração do projeto técnico, pavimentação de ruas e eletrificação, era exigida uma contrapartida claramente definida do governo estadual ou municipal envolvido; os beneficiários deveriam ser proprietários ou possuir a posse dos terrenos;

os projetos poderiam prever construção de moradias, urbanização de favelas, produção de lotes urbanizados e melhorias habitacionais; no caso de construção de moradias ou melhoria habitacional, o regime de trabalho deveria ser de “ajuda mútua” ou “auto-ajuda”, sendo que o governo estadual ou municipal era obrigado a prestar, através de equipe interdisciplinar, assistência técnica. Tais propostas, entretanto, ficaram comprometidas devido a falta de recursos.

Percebe-se, mais especificamente, nos governos Sarney e Itamar Franco, as ações na política habitacional apresentaram caráter pontual, tentando solucionar problemas a curto prazo. Por isso, governos estaduais e municipais tomaram a iniciativa de formular propostas de financiamento, construção e distribuição de moradias.

A partir de 1995, constatou-se que o sistema habitacional buscou estabelecer novas formas de apoiar a população, otimizando a aplicação dos recursos no que se refere a moradia.

Em 1996 afirmou o economista Nelson Chaffun que a descontinuidade das ações de governo, a redução dos investimentos habitacionais, a fragilidade ou ausência das políticas urbana, fundiária e habitacional e a postergação do processo legislativo necessário ao aprimoramento dos instrumentos de intervenção urbana têm contribuído para a manutenção de um quadro urbano marcado por conflitos entre modernização, exclusão e desigualdade. (CHAFFUN, 1996, p.23)

Em junho de 2001, foi realizado em Nova York uma Assembléia Geral das Nações Unidas, uma revisão e avaliação da Conferência Habitat II, chamada também de Istambul+5, com o compromisso de renovar a implementação da Agenda Habitat. O texto aprovado diz respeito a erradicação da pobreza, urbanização de favelas, regularização de assentamentos irregulares e promoção do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, a falta de moradia é uma preocupação enfrentada pelos governos federal, estadual e municipal, situação crítica entre as camadas de baixa renda da população, embora não seja um problema exclusivamente brasileiro, é marcante nas grandes cidades do mundo.

A dificuldade de acesso à moradia por meios legais, induz a população a ocupar áreas públicas ou particulares, encostas e lugares inadequados a habitação. Isso é comum quando o poder público se torna incapaz de resolver o problema da falta de moradia. Nesse caso, é

comum a população de baixa renda ocupar as favelas⁸. Local geralmente próximo ao local de trabalho , o que implica em menor gasto com transporte, além do não pagamento do aluguel. No Brasil segundo o IBGE, dados de 1998 , existe mais de 1,3 milhão de moradias localizadas em áreas irregulares , sendo 79,8 % estão nas áreas metropolitanas do país.

Alguns programas do governo, na tentativa de remover favelados, não tem produzido resultados satisfatórios. Normalmente são levados para conjuntos habitacionais em áreas distantes do centro da cidade , onde os serviços públicos são precários , além do alto custo da moradia. Assim os novos moradores acabam abandonando os conjuntos habitacionais, vendendo o direito para outra pessoa com melhor situação financeira.

Entretanto, os loteamentos irregulares se expandiram rapidamente , fenômeno que pode ser constatado em Goiânia nas últimas décadas , assim a população carente passa a ocupar áreas além daquela destinada ao crescimento urbano, ocupando áreas rurais mais baratas do que na zona urbana. Tanto na favela , quanto nos loteamentos irregulares , predomina a auto-construção, lembrando que esses espaços não possuem infra-estrutura, nem são regularizados.

A Emenda Constitucional nº 26 de 2000, inclui o direito a moradia entre outros direitos sociais ,o que torna o Estado responsável pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a garantia desses direitos : habitação, saneamento básico e transportes urbanos. (LORENZETTI, 2001, p. 10.)

A Constituição de 1988, expressa no seu texto ,a concessão de mais autonomia aos municípios ,definindo as competências dos governos federal, estadual e municipal , a respeito da questão habitacional.

É atribuído a União, a legislação sobre a política de crédito, câmbio, seguros, transferência de valores, sistema de poupança(art. 22 incisos II e XIX). Por outro lado compete a União, Estados ,ao Distrito Federal e municípios “ promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”(art. 23, inciso IX).

Porém, há divergências sobre essa lei complementar, na verdade sobre a atuação conjunta. Pois ainda, não foi constatado uma ação efetiva, capaz de resolver os desafios do

⁸ A favela caracteriza-se pela ilegalidade da posse da terra, não necessariamente pela localização periférica do assentamento, pela precariedade das moradias ou ainda pela falta de acesso aos serviços públicos.

déficit habitacional. Vale lembrar que subsídios foram criados para atender a população carente, porém grande parte dessa população está fora dos critérios impostos para a compra através de financiamento a longo prazo de uma moradia. O dilema continua, pois a população de baixa renda não consegue arcar com os custos do contrato. Embora hoje existem programas diferenciados para atender as famílias com menor renda, até três ou cinco salários mínimos. Apesar desses programas direcionados a população carente, o governo não tem conseguido dar respostas satisfatórias, com relação ao déficit habitacional. Para que a cidade cumpra seu papel social ela deve se utilizar de políticas urbanas, previsto no ESTATUTO DAS CIDADES (2001), Lei nº. 10.257 de 10 de Julho de 2001 a função social das cidades é observada da seguinte forma:

Art. 2 - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I garantia do direito de cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização; em atendimento ao interesse social;

IV planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V oferta de equipamento urbanos e comunitários, transportes e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

No que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente constata-se que existem diferenças sociais consideráveis, principalmente, no que se refere à habitação, já que uma grande parcela da população não possui renda suficiente para adquirir um imóvel ou mesmo para pagar um aluguel. Aliados à falta de condições para adquirir uma moradia estão as precárias condições de saúde, baixo nível de escolaridade e de renda, o desemprego.

No governo Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Secretaria de Política Urbana (SEPURB), cujo objetivo consistia na descentralização de execução de programas específicos no setor de habitação, saneamento e infra-estrutura para estados e municípios, ficando a União com a função normativa e reguladora. A SEPURB se propôs a formular uma política habitacional, levando em conta as características da população. Essa proposta foi concretizada e divulgada em 1996- Habitat II- também chamado de Política Nacional de Habitação, o texto assume, como compromisso do governo, os princípios da moradia adequada para todos e desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos.

Vários programas relacionados ao setor habitacional foram lançados a partir de 1995, bem como a revisão e o aperfeiçoamento de programas já existentes. Entre eles o Programa de financiamento aos governos municipais e estaduais destinado a população que vivem em moradias inadequadas com renda familiar inferior a três salários mínimos, o Pró-moradia; o Programa de financiamento direto às famílias destinado à compra, construção e/ou melhoria das condições de habitação de famílias com renda mensal inferior a doze salários mínimos. Outro Programa é o Habitar-Brasil, financiado com recursos do BID⁹, dos estados e municípios. Entre seus objetivos, destacam-se a melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade de vida dos moradores que vivem em áreas degradadas, de risco ou consideradas impróprias para moradia. Outro Programa a ser destacado é através da carta de crédito, voltado para a população com renda familiar até doze salários mínimos que prevê o crédito direto ao cidadão para a compra da moradia nova ou usada.

Percebe-se que até o ano 2000, havia vários programas voltados para o setor da casa própria, no entanto chegou-se a conclusão que estes programas estão longe de resolver o problema do déficit habitacional para a população de baixa renda. Deve-se considerar que a Região Sudeste foi a maior contemplada com 56% do total dos recursos e a Região Nordeste é a que concentra maior índice de pobreza e do déficit habitacional, recebeu apenas 17%.¹⁰ Os dados deixam claro, que a ação do Poder Público mantém a tradição excludente do Sistema Financeiro de Habitação, o que permite compreender que a população pobre até o ano 2000 não teve acesso à casa própria, exceto por meio da autoconstrução em áreas irregulares.

⁹ Banco Interamericano de Desenvolvimento

¹⁰ Dados apresentados no Relatório Nacional Brasileiro para a Conferência Istambul+5.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, instituído pela Lei nº. 11.977/09, cujo objetivo é criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros. Dentre os critérios determinados pela lei, em seu art. 3º, para fins de atribuição de prioridades na destinação de recursos aos moradores de assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda que, em razão de estarem em áreas de risco ou de outros motivos justificados no projeto de regularização fundiária, excepcionalmente tiverem de ser relocados.

O direito à moradia é reconhecido em diversas declarações e tratados internacionais de direitos humanos do qual o Estado Brasileiro é parte, em especial a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 (artigo XXV, item 1), incluindo a Agenda Habitat, que surgiu durante a Conferência do Habitat II em Istambul, em que se estabeleceu as obrigações dos Estados no sentido de promover uma efetiva política habitacional. A Agenda instituiu um conjunto de princípios, metas, compromissos e um plano de ação com o objetivo de orientar os esforços nacionais e internacionais no sentido de melhorar a moradia da população de baixa renda. Na verdade há de se reconhecer que sem moradia adequada é impossível viver com dignidade. A moradia é um direito através do qual, outros direitos se realizam. Dessa forma, não se pode esquecer da importância que o direito à moradia adquire como integrante da categoria dos direitos econômicos, sociais e culturais pressupõe, execução de políticas públicas e promoção da política urbana e habitacional, que pode ser através da regularização física dos assentamentos precários -as favelas.¹¹ Dessa forma, um projeto de urbanização a ser implementado nessas áreas, poderá e deverá incluir mecanismos que possibilitem a elevação da qualidade de vida das populações residentes.

Cabe a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), vinculada ao Ministério das Cidades, a responsabilidade de acompanhar, avaliar, formular e propor, os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação, articulada com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano, com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia. Já o Departamento de Urbanização de Assentamentos Precários (DUAP), é atribuído a tarefa de elaborar e promover a implementação de programas de apoio ao setor público de forma a melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos precários e ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbana e rural. Os programas e ações

¹¹ As favelas - que se caracterizam pela ocupação desordenada do solo, carência de infra-estrutura e presença de habitações precariamente construídas – demandam a melhoria das condições de habitabilidade,.

geridos pelo DUAP têm como público-alvo famílias com até três salários mínimos e são implementados mediante concessão de financiamentos ou transferências de recursos para Estados, Distrito Federal ou Municípios, por intermédio de contratos de repasse com a Caixa Econômica Federal (CEF) ou de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF)¹²

Em 2010, a Prefeitura de Goiânia, através da Secretaria do Planejamento e Secretaria Municipal de Habitação, aderiu ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Dessa forma a Prefeitura de Goiânia criou o Plano Municipal de Habitação, que tem como objetivo orientar o planejamento habitacional da cidade para a população de baixa renda, com o intuito de combater as desigualdades sociais. O PMH habilita o município a utilizar recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), visa promover a regularização fundiária e ampliar o acesso à moradia.

O PMH deverá ser revisado num prazo máximo de 10 anos, considerando que ocorram mudanças significativas no setor habitacional como consequência das ações em desenvolvimento pelo poder público municipal, dos programas recém apresentados no âmbito nacional e da implantação das propostas e metas estabelecidas pelo próprio Plano Municipal de Habitação em desenvolvimento. (2010, p.6)

O Plano Municipal de Habitação visa institucionalizar normas destinadas a nortear a regularização fundiária e a urbanização, com prioridade à população de baixa renda, nos termos da lei municipal específica e a urbanização dos espaços públicos (art.8ª, inciso VII).

O Art. 50, em seu inciso IV, também coloca a promoção da regularização fundiária e a urbanização específica dos assentamentos irregulares da população de baixa renda e sua integração à malha urbana como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento social-cultural em relação à moradia. (PMH, 2010, p 40.)

Já o artigo 118 do Capítulo III as Áreas de Programas Especiais do município e classificadas se em três tipos:

- a) Áreas de Programas Especiais de Interesse Social- corresponde às áreas onde se encontram assentadas posses urbanas, que integrarão os programas de regularização fundiária e urbanística;

¹² Disponível em: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao

- b) Áreas de Programas Especiais de Interesse Urbanístico;
- c) Áreas de Programas Especiais de Interesse Ambiental;

O Plano prevê a realização de projetos diferenciados de urbanização, que objetivam a ocupação dos vazios urbanos podendo ocorrer fora dos eixos de desenvolvimento, ou em áreas de maior densidade. Para a implantação de novos parcelamentos o interessado deverá implantar: rede de energia elétrica e pontos de iluminação pública nos cruzamentos; rede de distribuição e abastecimento de água potável; abertura de vias de circulação; demarcação dos lotes, quadras e áreas públicas; obras de escoamento de águas pluviais, obras de pavimentação asfáltica, galerias de águas pluviais e sarjetas. A legislação municipal, em todo projeto de urbanização é obrigatória a e destinação de áreas públicas para a implantação dos equipamentos públicos comunitários sendo a Prefeitura Municipal de Goiânia responsável, assim como a construção das unidades habitacionais.

A prioridade ao atendimento das famílias carentes é para aquelas que residem em áreas de risco e áreas irregulares, bem como aquelas que ocupem áreas de preservação ambiental.

As áreas destinadas à implantação de projetos habitacionais de interesse social somam para o município cerca de 7.497¹³ habitações, que estão sendo implementadas com recursos federais. A prefeitura municipal trabalha hoje com um total de 178 áreas de posse que totalizam 9.368 domicílios e abrangem uma população próxima a 37.474 pessoas. Dessas áreas 46 estão situadas em áreas de risco contendo 4.581 domicílios predominantemente situados em Áreas de Preservação Permanente – APPs. (PMH, 2010, p. 91) Ao discutir a questão habitacional de Goiânia também deve-se considerar as tentativas de organização espacial da cidade através dos planos diretores que revelam aspectos do processo de ocupação da cidade, na tentativa de ordenamento territorial, gestão urbana, acessibilidade e mobilidade, transporte, desenvolvimento econômico, sócio cultural e ambiental.

O Estado na tentativa de resolver o problema da moradia, implanta vários conjuntos habitacionais e assentamentos populares na cidade, reforçando a segregação socioespacial na cidade, em resposta a reivindicação dos moradores e aos interesses da especulação

¹³Dados do PMH- Plano Municipal de Habitação (2010,p.96)

imobiliária. Entretanto, os resultados desse planejamento é questionável , na medida que forçam o padrão segregador de ocupação do espaço ,o Estado agrava o processo que deveria combater , juntamente com as imobiliárias que possui fins especulativos ,no espaço urbano, um grande estoque de lotes permanece , a espera de valorização.

O acesso à habitação também tem sido possível graças aos seguintes fatores: a tolerância ou falta de aplicação estrita de normas urbanísticas inacessíveis de uso do solo e construção; a capacidade do setor não-estruturado de produzir uma variedade de tipos de habitação de baixo custo; e as políticas urbanas e habitacionais que permitem aproveitar terrenos e possibilitam ofertar materiais de construção de baixo custo para a população; e de políticas que integram e consolidam áreas informais de ocupação à cidade formal, tais como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

CAPÍTULO 2

GOIÂNIA: DO PLANEJAMENTO À EXPANSÃO URBANA

Como grande parte das cidades brasileiras, as cidades no estado de Goiás, surgem sem nenhum planejamento urbano, aparecem como respostas às aglomerações e vilas, posteriormente se tornam cidades, que cresceram em função de alguma atividade econômica, rodovias ou ferrovias ao mesmo tempo que a migração e a urbanização marcam presença no Estado.

Goiânia é a exceção, foi planejada para ser a capital, cidade moderna, que rapidamente se expandiu. Goiânia representa , o início da ocupação efetiva do Estado, com a política oficial, chamada Marcha para o Oeste.

Entretanto a política implementada pelo Estado, induziu a formação de novos centros urbanos e econômicos, com a instalação da agroindústria, visando o ‘ desenvolvimento’ de áreas ainda não ocupadas , pelo governo federal. É a ideologia do progresso e da modernidade disseminada pelo país, consolidando a centralização do poder. Como afirma CHAUL :

As capitais se erguem para o capital . São racionalizações administrativas e burocráticas do Estado que se impõem na lógica do capitalismo. São espaços que permitem organizar o jogo político , são palcos do aplauso dos oportunistas de plantão ,mas também , perspectivas que se abrem rumo à modernidade. (CHAUL, 2002, p. 232)

Sob o comando do governo estadual Pedro Ludovico, que declara seu interesse em mudar a capital ,da cidade de Goiás para Goiânia , uma cidade que passa a ser planejada , sob a alegação de instalar a capital numa área com melhores condições físicas , sanitárias, ambientais e sociais , sem falar nos ideais políticos e na estrutura moderna , na qual Goiânia foi edificada. Em 1932, Pedro Ludovico Teixeira assinou o decreto- lei nº 2737, nomeando uma comissão para escolher o local da construção da nova capital do Estado. A comissão indicou uma área próxima a cidade de Campinas, área com todas as condições propícias para

a construção de Goiânia, inserindo o Estado e sua capital no mercado nacional dinamizando a sua economia .

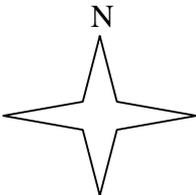
Após a escolha da área para a construção da cidade de Goiânia , o Estado passou a tomar providências para obter as terras necessárias, sendo que parte foram doadas por fazendeiros da região , uma parcela dessas terras foram reservadas para a especulação imobiliária . Parte foram compradas pelo governo ,para dar início a construção da cidade , o Estado se tornou o maior proprietário de terras ,para mais tarde comercializar com as imobiliárias ,para que essas pudessem parcelar essas terras, interferido no plano urbanístico. Inicialmente o próprio Estado comercializava os terrenos , parte dos lucros era destinado ao financiamento da nova capital . Mais tarde , a venda dos terrenos é repassada à firma Coimbra Bueno e Cia Ltda que propagava o potencial econômico do Estado em outras cidades do país , para apressar a venda dos terrenos. O primeiro escritório de vendas de lotes fora de Goiânia foi instalado em Belo Horizonte em 08 de março de 1935. (MANSO,2001,p.176)

Assim, Goiânia, a cidade planejada em 1933 para abrigar uma população de 50.000, passa a receber um grande contingente de migrantes. Sendo que o período entre 1933 a 1947, é marcado pela fase em que o Estado exercia um rígido controle social e tentativa de obediência do plano original. Já na década de 50, o traçado urbano de Goiânia torna-se inteiramente desfigurado em relação ao seu plano inicial, apresenta nas áreas centrais, áreas tais quais foram planejadas, e na periferia a proliferação de loteamentos irregulares, em áreas públicas, incluindo as áreas verdes e fundos de vale.

Desse modo, a nova capital, promoveu a ocupação e o desenvolvimento do Estado e ainda, proporcionou a ocupação da Amazônia , desconcentrando a população dos grandes centros , que já enfrentava problemas ,baseado no discurso do crescimento do mercado interno e da industrialização. Porém, a ocupação e urbanização do Planalto Central, só acontece efetivamente, quando a capital do país é inaugurada- Brasília em 1960. O Estado de Goiás foi bastante beneficiado, com a construção de Brasília, proporcionando o desenvolvimento do Centro-oeste, interligando através do transporte rodoviário e aéreo, a capital a outros estados, e ainda fortaleceu núcleos urbanos como Anápolis, Ceres, Uruaçu, Gurupi e Itumbiara .

Nesse sentido a construção de Goiânia representou a modernização do espaço urbano, o rompimento com o colonialismo português, representando também a transformação do cerrado com inovações tecnológicas na modernização da agricultura e com várias rodovias federais e estaduais que cortam o Estado, trazendo maior dinâmica para as cidades .

Figura 4: Estado de Goiás



Fonte- Departamento de Estradas e Rodagens DER-GO
 Mapa Rodoviário Estadual, 2009.
 Escala:1.000.000
 Organizado por Lucimar Crispim Vaz Cardoso

O poder público tem importância fundamental na definição do projeto urbano e da construção da cidade, pois para seus idealizadores, era uma forma de continuar no poder. É nesse aspecto que percebe-se que o Estado planejou novos espaços, favorecendo os interesses da burguesia. O plano original da cidade se integra com as áreas verdes, ao longo dos cursos d'água e parques urbanos. O sistema viário principal formado por avenidas (Goiás, Paranaíba, Anhanguera e Tocantins) que se convergem no Centro Administrativo da cidade - a praça Cívica, que ainda hoje representa o marco da construção da cidade, representa o poder Executivo.

A cidade era dividida em três áreas: o *setor Central* - a área urbana destinada ao comércio, serviços, a administração e a habitação, o *setor Norte* - destinado ao comércio regional, a indústria e a habitação para a classe trabalhadora e o *setor Sul*, área suburbana, estritamente residencial, com características marcantes quanto a sua organização física, com grande importância as áreas verdes, destinadas aos equipamentos comunitários como praças e playgrounds.

Percebe-se uma grande preocupação com as áreas verdes de Goiânia, áreas protegidas nas primeiras décadas, o plano inicial tinha grande preocupação em garantir a proteção dos recursos naturais da área a ser urbanizada.

Figura 5: Praça Cívica



Fonte-SEPLAM

O plano urbanístico era mesmo muito moderno, *mesclava o urbano e o rural*, e *expressava a modernidade e o progresso* (Chaul, 2002, p.229). Todavia, não atendia às necessidades sociais e de desenvolvimento econômico, isto é, o plano não definiu áreas para habitação dos trabalhadores, de menor poder aquisitivo. Em 1938, o Estado aprova uma nova planta da cidade, promovendo a ampliação da área urbana, plano que estava de acordo com os interesses políticos e especulativos dos gestores, formando as periferias da cidade, superando a idéia do planejamento inicial. Ficaram estabelecidas as áreas urbanas da cidade, formada pelos setores Central, Norte, Sul, Oeste e Campinas.

Até 1950 o plano corria dentro do planejamento urbano. Para Moysés (2004, p.152) *a ocupação do solo passa a ser determinada pelo mercado*, *percebe-se então a fragilidade do planejamento*. Após 1950, grande número de loteamentos de ocupação espontânea surge em Goiânia, incentivada pelo governo estadual, para assentar operários. ‘Invasões’ passaram a surgir no Setor Universitário, Nova vila, Vila Nova, Pedro Ludovico, abrigando migrantes que chegavam à cidade em busca de trabalho. Surgem então os defeitos do planejamento urbano, que não contava com o rápido crescimento da cidade, áreas reservadas à expansão urbana e as áreas agrícolas, vão sendo loteadas sem nenhum planejamento, essas áreas vão passar por processo de especulação imobiliária, surgindo enormes vazios urbanos e a periferia vai sendo ocupada, onde os terrenos são mais acessíveis para a população de baixa renda.

Ao mesmo tempo, a cidade possui características distintas, apresenta bairros modernos com predomínio de construções verticais e condomínios horizontais. A cidade possui enormes vazios urbanos, reservados à especulação imobiliária, por sua vez o Estado evidencia o seu apoio à segregação institucionalizada, o que podemos chamar de modernização excludente.

Nesse caso, existe uma combinação entre interesse público e propriedade privada, o Estado idealizou uma cidade moderna, utilizando do seu poder político autoritário, um poder econômico segregador e uma estrutura arcaica e conservadora. (MORAES, 2006, p. 153)

Goiânia reflete a contradição que existe na dinâmica do desenvolvimento da região Centro-oeste. Nas áreas centrais da cidade, desde a sua construção recebeu toda infraestrutura básica como saneamento básico, energia elétrica, pavimentação e arborização, a cidade apresenta uma paisagem agradável e com qualidade de vida. A população dessa área

possui maior poder aquisitivo e toda infra-estrutura necessária. Na medida que se distancia do centro da cidade, outros projetos urbanos aparecem com as mesmas características das áreas centrais, como no Setor Oeste, Aeroporto, Coimbra e Bueno. Mas à medida que se distancia do centro tradicional, é perceptível a periferia carente de infra-estrutura, com exceção dos bairros planejados de hoje.

A partir de 1968, começaram a surgir os conjuntos habitacionais (financiados pelo BNH e pela COHAB). No início da década de 70, é marcante o surgimento de condomínios verticais e intenso surgimento de loteamentos na cidade. Com a falta de infra-estrutura podemos verificar a formação de espaços segregados em áreas distantes do centro da cidade, tornando-se visível o incremento populacional, que propiciou um crescimento desordenado, com a implantação de novos loteamentos cada vez mais periféricos e desestruturados. Como consequência dessa expansão desenfreada da área urbana, os vazios urbanos passam a permear a cidade, dificultando o ordenamento territorial .

Aliado à falta de alternativas de moradia e ao crescente desinteresse privado no mercado de locação, o inchaço populacional especialmente nos setores de baixa renda, gerou uma grave crise habitacional, fenômeno visível nas principais cidades brasileiras. O resultado disso foi o crescimento acelerado da cidade informal, que em Goiânia caracterizou-se pelo intenso processo de invasões de terras públicas e privadas.

Esse processo aparece como resultado de um movimento acelerado do crescimento urbano e tem como consequência a criação de uma estrutura urbana irregular, implicando no surgimento de vazios territoriais e uma grande quantidade de áreas parceladas e desocupadas. Outras consequências desse processo são apontadas como a poluição dos recursos hídricos, a produção de uma malha viária descontínua, a ausência de infra-estrutura básica para grande parte da população e o aumento dos problemas sociais.

Nos anos noventa, verifica-se por parte do poder público, mais empenho na regularização dos loteamentos clandestinos e também na reurbanização das “ invasões” que se proliferaram na década de oitenta, porém nota-se também o aumento crescente de novos loteamentos, a maioria aprovados mediante a Nova Legislação de Parcelamento. Dentre eles ganharam destaque os condomínios fechados que estão presentes em toda cidade .Os condomínios fechados expressam um novo modo das elites de habitar a cidade, que implica

não somente na auto segregação socioespacial, mas também na apropriação desigual do espaço urbano, na privatização de áreas públicas e de infra-estrutura básica. Na década de 90, os condomínios horizontais fechados, implantados na periferia da cidade, dotados de toda infra-estrutura necessária, para atender à população de maior poder aquisitivo, que busca qualidade de vida, segurança, “longe da violência urbana” e do trânsito caótico. Dessa forma, os condomínios fechados, vêm dando sustentação ao capital imobiliário.

Por outro lado, é preciso lembrar da presença dos trabalhadores da construção civil e daqueles do setor informal, que contribuíram com a construção da cidade, que migraram com suas famílias, de outros estados e de outras cidades, em busca de sobrevivência. Para essa população, o projeto da cidade não previa espaço planejado, que passou a improvisar sua moradia em terrenos não regularizados, em áreas irregulares, que aos poucos vão se consolidando como bairros e incorporados à cidade. Isso ocorria com a tolerância do *Estado*, pois essa mão-de-obra barata garantia a construção da cidade, e estes manifestavam vontade de estabelecer na cidade, viabilizando a valorização da terra, a partir da ocupação dos terrenos.

Dessa forma, o planejamento da cidade vai perdendo sua originalidade, sua integração com o meio ambiente, abrindo espaço para a ocupação desordenada, trazendo prejuízos à população e trazendo problemas ao poder público, que é chamado a oferecer infra-estrutura aos novos bairros. O Estado acaba permitindo a institucionalização da segregação urbana. É o que Lefebvre (1999, p.178) chama de contradição específica.

“Esse espaço é, portanto a sede de uma contradição específica. A cidade se estende desmesuradamente, ela explode.” É a segregação socioespacial se intensificando e a dispersão em função da reprodução do capital e da modernização da cidade.

No entanto, o fato do Estado ser o maior proprietário de terras até 1950, não favoreceu a especulação imobiliária, implantando vários loteamentos na periferia, promovendo a segregação socioespacial, deixando claro as contradições já existentes na cidade. Para Lefebvre (2001, p.138) :

“É conseqüência da explosão da cidade. A classe operária é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado.”

Essa condição difícil de segregação, abre caminho para cobrança dos direitos à cidade, e à prática social: a moradia, a saúde, ao trabalho, ao lazer. Em Goiânia a luta pela moradia, se inicia em 1933. Já à época da construção da cidade, os trabalhadores começaram a se organizar em associações de bairros. A primeira foi a Liga dos Moradores da Vila Nova, para defender os posseiros das proximidades do Córrego Botafogo, garantindo através da luta pela moradia o assentamento dos posseiros dessa área, que mais tarde foi garantido pelo Estado. Em seguida foi criada a Liga Pró-melhoramento e a Associação dos moradores do Setor Universitário que conseguiu o assentamento definitivo.

A organização das associações de bairros teve grande importância no período de 1930 a 1964, na luta pela casa própria ou pela urbanização das áreas segregadas. Nos anos 80, foi criada uma organização em defesa dos invasores de Goiânia, reunindo várias associações de bairros. Após 1980, ainda no período da ditadura, várias manifestações populares surgiram exigindo o fim do regime militar, com reivindicação de melhores salários e mudanças nos valores dos aluguéis. Neste período a luta por moradia tinha caráter político, gerados pela contradição do processo de acumulação capitalista, esses movimentos tinham como objetivo garantir o direito à cidadania.

Após 1980, com o fim da ditadura militar, surgem novos partidos políticos e há um fortalecimento dos sindicatos e entidades como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), organismos que apoiaram os trabalhadores, os movimentos sociais urbanos, inclusive o movimento da casa própria, que tinham o papel de organizar os trabalhadores sem-teto na luta pelo direito à moradia e por melhores salários.

Devido à falta de políticas públicas, à carência de moradias, aliada as diferenças socioeconômicas da população nesse período, levou a uma maior organização dos trabalhadores sem-teto para garantir o direito à moradia. No início, os movimentos se caracterizavam por discretas ocupações de terra, depois foram ficando mais organizadas, chegando a provocar uma reação do Estado. Assim, como todos os movimentos sociais, o movimento da moradia volta a ter expressão, a população começa a se organizar em busca de solução para os seus problemas, devido à crise do setor habitacional e a ausência de políticas públicas voltada para a população carente.

Aos poucos, novas ocupações foram surgindo, ganhando força política e organização, surgindo a *União das Invasões*, entidade que passou a defender a luta e os direitos dos posseiros urbanos de Goiás, reivindicando as necessidades coletivas dos invasores. Em 1984, a entidade passa a ser chamada *União dos Posseiros Urbanos*, intensificando a luta pelos direitos dos posseiros. A partir daí, novas associações de bairros surgiram fortalecendo o movimento popular. Em 1991, a *FEGIP* (Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros) começa a perder representatividade, surgindo novos movimentos pela moradia, o Movimento de Luta pela Casa Própria (MLCP) e a Sociedade Habitacional Comunitária (SHC).

Nesse período, famílias foram cadastradas, para ser assentadas em loteamentos, inicialmente na zona rural, sem a menor infra-estrutura básica, reforçando a segregação socioespacial da população carente, como é o caso do Madre Germana, Recanto das Minas Gerais e do Jardim Itaipu; bairros que até hoje, enfrentam problemas de infra-estrutura. Entretanto, no período de 1980 a 1990, os movimentos populares garantiram o assentamento de várias famílias e conquistaram obras de urbanização em áreas de posse, com o intuito de promover melhor condição para os moradores da periferia de Goiânia.

Deve-se lembrar mais uma vez, que o Plano Urbanístico da cidade de Goiânia, não definiu área para habitação da população carente, para o trabalhador de baixa renda, os interesses do Estado e dos empresários estão acima dos interesses sociais. O trabalhador diante da estrutura fundiária da capital, passou a buscar a autoconstrução da sua moradia em áreas irregulares, em terras do Estado ou privada.

Assim acontece a produção das cidades planejadas: uma cidade formal e outra informal, provocando a reprodução das desigualdades socioespaciais. Como em 1950, o Estado permitiu a implantação de loteamentos públicos para abrigar os posseiros que moravam às margens do córrego Botafogo, instalando-os no Setor Pedro Ludovico e Vila Nova, Nova Vila. A partir dessa data, o próprio Estado passou a agir contra os invasores, na defesa dos empreendedores imobiliários.

Entretanto a história das ocupações organizadas em Goiânia, acontece quando um grupo de trabalhadores ocupa uma propriedade privada na Região Noroeste da cidade, em 1979, montaram barracas de lonas e o assentamento definitivo das famílias veio após a construção dos barracos.

Os líderes negociaram com as autoridades municipais a permanência das famílias na área , enquanto grupos faziam a abertura das ruas e demarcavam os lotes e construíam suas casas em sistema de mutirão (MORAES, 2006, p.201).

Essa luta durou quatro meses na esperança de se conseguir um lote, resistindo à repressão policial, temendo a derrubada das cercas e dos barracos. Porém, no dia 04 de outubro, de 1979 os posseiros moradores do Jardim Nova Esperança comemoraram a vitória .

Já em 1981, os sem-teto ocuparam uma fazenda na área urbana, depois de tantos conflitos a justiça determinou a reintegração de posse à proprietária. Devido à repercussão negativa, o Estado desapropriou um terreno e criou um loteamento popular, o Finsocial, que abrigou 3.665 famílias. Em 1982, uma área próxima ao Jardim Botânico, na região Sul, foi ocupada por famílias que vinham do interior do Estado, sendo mais tarde transferidas para outras áreas, pela Prefeitura de Goiânia.

De 1984 a 1993, ocorreram várias ocupações na região Leste da cidade, no Jardim das Oliveiras, 400 famílias foram assentadas e no Parque das Amendoeiras (1986), 125 famílias ganharam o direito de posse. Outros assentamentos ocorreram na região Leste , no Jardim Dom Fernando I em 1987, os posseiros se organizaram em busca da posse do terreno e também pela implantação de equipamentos urbanos e infra-estrutura, o mesmo aconteceu no Jardim Conquista, que contou com o apoio da administração municipal para a implantação da infra-estrutura. Inicialmente eram 27 famílias, logo passou para 150 e depois 1.200 famílias foram cadastradas pela Companhia de Obras do município, o terreno era uma propriedade particular, mas como não houve pedido de reintegração de posse, foi considerada área de interesse social e o assentamento das famílias foi realizado. Em 1996, na região Sudoeste, 400 famílias foram assentadas no Jardim Itaipu, próximo a Aparecida de Goiânia, devida à distância da antiga moradia, muitas famílias abandonaram as casas.

Assim, fica claro para a administração pública, que a carência de moradias na cidade, deveria ser resolvida com propostas concretas. Formou-se, então, uma comissão composta por representantes da Igreja Católica, da prefeitura, da polícia e por pequenos grupos de posseiros com o objetivo de encontrar uma solução para o problema.

Quanto ao título de posse, grande parte dos terrenos localizam-se em áreas públicas, o que dificulta a legalização, sendo necessário criar leis específicas para solucionar o problema. Já os terrenos em área particular são passíveis de legalização, desde que haja uma negociação

financeira e jurídica com o proprietário. A regularização fundiária enfrenta dificuldades para a legalização, quando estes não estão de acordo com a lei do parcelamento do solo. Como por exemplo, não possui a infra-estrutura necessária, os terrenos estão localizados em área de risco, seja pela proximidade de ferrovias ou rodovias, seja pela declividade acentuada dos terrenos ou em áreas de proteção ambiental. Apesar de várias ocupações existirem a mais de 20 anos, muitas delas ainda não efetivaram o direito de posse .

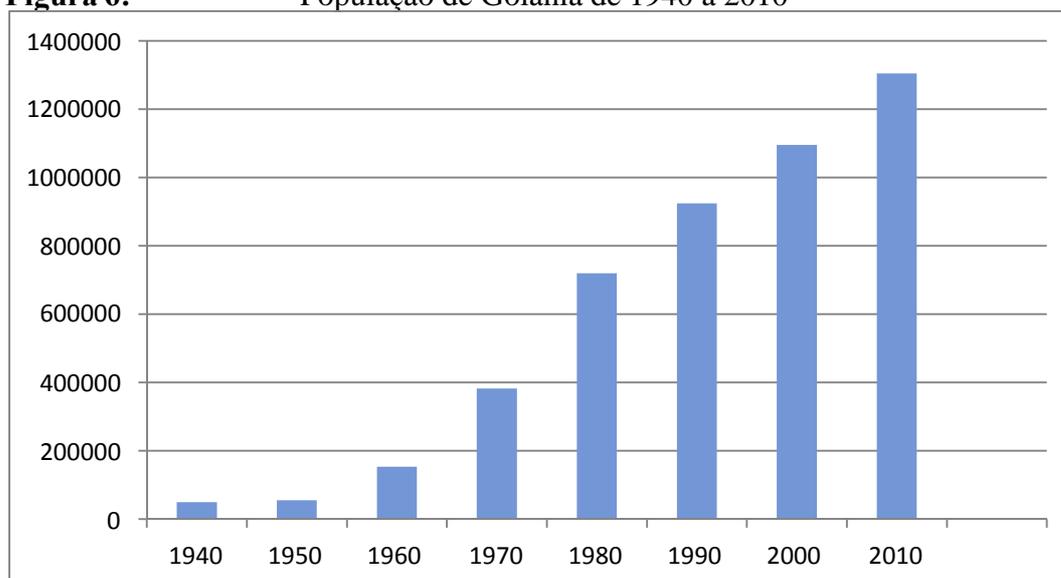
O fenômeno da urbanização superou as expectativas dos seus administradores, foi favorecida pelo sistema rodoviário, que permitiu a integração e urbanização do Estado, impulsionando a migração e transformando a cidade. De acordo com o plano urbanístico original da cidade, Goiânia deveria atingir no máximo 50.000 habitantes num intervalo de 30 anos, em 1970 a cidade já contava com 381.055 habitantes . De acordo com o censo do IBGE de 2000, a população chegou a 1.093.007 pessoas, e em 2010 atingiu 1.301.892.

Quadro 5:

POPULAÇÃO TOTAL DE GOIÂNIA 1940-2010							
1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
48.166	53.389	151.113	381.055	738.117	922.222	1.093.007	1.301.892

Dados do IBGE 1940 a 2010 Adaptado pela autora

Figura 6: População de Goiânia de 1940 a 2010



Fonte- IBGE Censo demográfico 1940-2010

Adaptado pela autora

A migração para os centros urbanos, intensifica a demanda por moradias, o que resulta na expansão das periferias carentes de equipamentos públicos. O Estado na tentativa de resolver o problema da moradia, implantou vários conjuntos habitacionais e assentamentos populares na cidade, reforçando a espoliação urbana, para atender a reivindicação dos moradores e aos interesses da especulação imobiliária. Entretanto, os resultados desse planejamento é questionável, na medida que reforçam o padrão segregador de ocupação do espaço, o Estado agrava o processo que deveria combater, juntamente com as imobiliárias que possui fins especulativos.

O rápido crescimento de Goiânia, a falta de políticas públicas, aliada às condições socioeconômicas e o desemprego refletiram na demanda por moradias, o que resultou no aumento da população inquilina e de posseiros urbanos, provocando a expansão dos loteamentos populares e clandestinos. A habitação popular nas cidades planejadas, segundo consta na bibliografia sempre foi um problema, pois essas não contavam com planejamento voltado para atender à população carente.

Para facilitar o acesso à habitação dessa população carente, mediante ações dos governos federal, estadual e municipal, o Estado criou programas para a construção de conjuntos habitacionais populares na periferia da cidade e em alguns casos na zona rural. Em Goiânia, os conjuntos habitacionais populares passaram a ser construídos a partir de 1964, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Essa política propiciou a expansão urbana, mas também a exclusão social em Goiânia.

Devida à falta de integração e continuidade dos planos de governo, elaborados nos períodos eleitorais por secretarias de planejamento, e não existindo um órgão específico para gerenciar e dar continuidade aos programas habitacionais populares, o planejamento da habitação acabou sendo restrito.

O início da implantação de conjuntos habitacionais de nível popular em Goiânia é marcada pela construção da vila Redenção, construída pela COHAB(GO) em 1967, em seguida vieram outros empreendimentos como o da vila União, o Novo Horizonte I e II, o conjunto Vera Cruz, o Riviera, chegava-se então a um total de 21 conjuntos habitacionais. Esses conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, eram construídos com financiamento do FGTS e seguiam as mesmas regras dos empreendimentos populares do

BNH, casas padronizadas com baixo padrão de acabamento, localizadas em áreas distantes do centro da cidade, com precária infra-estrutura, fora da área urbana, institucionalizando a segregação da população carente.

Em Goiânia foi criado também o programa de moradias, o Mutirão da Moradia, um projeto de impacto, que montava “até mil casas por dia”, projeto que acabou se estendendo para outras cidades. Esse projeto era realizado no sistema de mutirão, com o intuito de solucionar o problema da moradia de forma imediata, começou em 1983, com o governo do Estado.

Do ponto de vista político e de organização, o mutirão teve sucesso, reuniu mais de 5.000 pessoas, entre técnicos, políticos e operários. Os futuros moradores eram pessoas que moravam em áreas de posse, localizadas próximo ao centro da cidade, o objetivo era desarticular a organização do movimento popular de moradia em Goiânia e reassentar essas pessoas e não resolver de fato a carência de habitação na cidade. (MORAES, 2006, p.226).

Um exemplo é a vila Mutirão, localizada na época numa área rural a 12 km da cidade planejada. O objetivo era valorizar e ocupar as terras ociosas da região noroeste da cidade, contrapondo-se ao movimento organizado dos sem-teto. Esse programa tornou uma marca do PMDB¹⁴ em Goiás, no período de 1983 a 1998, sendo implantado em várias cidades do Estado e em outras áreas do país. Na primeira fase, as casas eram montadas com placas de cimento e na segunda fase, os materiais utilizados para a construção das casas passaram a ser de alvenaria tradicional, construídas por empreiteiras.

Em Goiânia, o sistema de mutirão teve início na década de 80, a população sem teto começou a se organizar, para ocupar os terrenos ociosos e construir suas casas. Em 1979, um grupo de invasores ocuparam uma área da região noroeste - o Jardim Nova Esperança, implantaram o novo loteamento e construíram suas casas no sistema de mutirão, a idéia era mostrar à administração pública, que o movimento era capaz de construir uma moradia melhor e mais barata do que as casas construídas pelo governo, usando o mesmo sistema. Para alguns teóricos esse sistema representava a exploração do trabalhador, que após trabalhar toda semana, prestava serviço para a construção de sua moradia nos finais de semana e feriados, já que para muitos era impossível ter acesso a um financiamento.

¹⁴ Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Também surgiu na capital o sistema de Cooperativas habitacionais, que procuravam estabelecer parcerias com construtoras, para edificar unidades habitacionais. Sendo que uma parte era financiada pela construtora e outra pela Caixa Econômica Federal-CEF, ou usando o auto-financiamento.

A partir de 1993, a prefeitura de Goiânia reestruturou a Companhia de Obras (COMOB), tendo como objetivo a implementação de uma política para atender a população carente da cidade, que vivia em áreas de risco. Hoje, o programa de urbanização conta com recursos do governo federal e do Banco Mundial para a realização de obras.

Os loteamentos populares constituem uma forma de empreendimento realizado pelo poder público, surgiram para atender à população de baixa renda, que moravam de aluguel ou em casas em áreas de risco, ou ainda que ocupavam terrenos de propriedade particular, assim foram formados os espaços periféricos da cidade. Inicialmente, esses loteamentos não tinham infra-estrutura adequada, apenas demarcavam os terrenos, faziam a abertura de ruas e a construção da rede de energia elétrica, a complementação dos serviços urbanos era executada após a reivindicação das associações dos moradores.

A lei de parcelamento do solo do município, passa a exigir a execução de toda rede de infra-estrutura urbana: viária, sanitária, energética e de comunicação, devendo considerar que a ausência desses recursos dificulta a regulamentação fundiária do lote.

O governo planeja e constrói a habitação em áreas distantes, até mesmo em áreas rurais ou em áreas de preservação ambiental, como aconteceu em Goiânia. Podemos citar: a Vila Mutirão, Jardim Curitiba (1986), o Bairro da Vitória e o Jardim Itaipu. Vários loteamentos foram implantados na região metropolitana de Goiânia como o Finsocial (1982), o Santo Hilário (1983), o Jardim Lajeado (1984), o Jardim das Aroeiras (1986). Outros loteamentos como Residencial Goiânia Viva e o Jardim Real Conquista (1994) e mais uma série de empreendimentos que continuam a ser implantados pela prefeitura de Goiânia a partir da idéia de que é possível realizar empreendimentos populares em vazios urbanos.

Percebemos que o sistema de planejamento de Goiânia, conforme foi destacado, possui uma estrutura fundiária conservadora, com poder autoritário e segregador, que permite a construção da cidade informal destinada à população carente, excluindo-a dos serviços de infra-estrutura de consumo coletivo.

Os Planos de Desenvolvimento Integrado, por várias vezes foram modificados, para tentar consolidar o plano urbanístico da cidade, na tentativa de solucionar os problemas urbanos. Nos anos 90, verifica-se, por parte do poder público, mais empenho na regularização dos loteamentos clandestinos e também na reurbanização das invasões, que se proliferaram na década de oitenta, porém nota-se também o aumento crescente de novos loteamentos, a maioria aprovados mediante a Nova Legislação de Parcelamento. Dentre eles ganharam destaque os chamados condomínios fechados que estão presentes em toda cidade . Estes expressam um novo modo de habitar a cidade, que implica não somente na auto segregação socioespacial das elites, mas também na apropriação desigual do espaço urbano.

2.1 Região Norte de Goiânia

O crescimento da cidade para a região Norte de Goiânia não estava planejado. Esse crescimento deu-se por invasões e assentamentos, via ação do governo estadual e municipal. Na verdade, a expansão urbana dessa região, foi provocada pelo crescimento econômico e demográfico, sendo dessa forma necessária uma reestruturação do setor, isso levou a uma expansão tanto do comércio quanto dos serviços, o que provocou uma valorização dos terrenos, beneficiando à população de classe média, obrigando as famílias de menor poder aquisitivo a buscar novos bairros da periferia .

Felizmente, a fatia mais generosa da zona rural encontra-se na Região Norte, região diagnosticada desde o Plano de Desenvolvimento de Jorge Wilhein (final dos anos 60 e início dos anos 70) como inadequada ao parcelamento urbano, devido a problemas geomorfológicos, por ser a região mais bem servida de matas e recursos hídricos que abastecem a cidade, pela direção dos ventos e por possuir as terras mais produtivas do município. De lá para cá, gradativamente, pedaços de terras rurais vão sendo incorporados à malha urbana. Por detrás desse processo está a lógica capitalista, segundo a qual é vantajoso para o proprietário rural transformar sua propriedade rural em lotes urbanos, já que essa transformação possibilita ganhos expressivos. (MOYSÉS, 2005, p.5)

Na região Norte, a ocupação via iniciativa privada ocorreu com a construção do Conjunto Itatiaia no final dos anos 70 e conjugando a ação dos governos estadual e municipal com a construção do Goiânia-2, nos anos 80, que ao contrário do Itatiaia, teve uma ocupação lenta, dada a fatores como preço, distância, ausência de equipamentos de consumo coletivo, o

que torna um empecilho de atratividade para sua ocupação. Predomina hoje nessa região alguns condomínios e ocupações irregulares.

A Região Norte de Goiânia é uma área que, historicamente, estava destinada à indústria e à população carente da cidade. Como demonstra a Lei de Zoneamento de 1947 e uso do solo de Goiânia, que especifica quatro funções básicas para a área metropolitana, como habitação, comércio, serviços e indústrias. Percebe-se então, que os conflitos sociais que existem entre o capital a renda e o trabalho, resulta muitas vezes em níveis de segregação espacial. Assim, a Região Norte de Goiânia, era representada no início de sua ocupação, em grande parte por uma população carente e por diferentes empresas nacionais e internacionais .

A Região é cortada por algumas rodovias e vias arteriais o que favorece a instalação de grupos migratórios, também pelo fato de oferecer terras com preços mais acessíveis à população migrante, onde é comum a abertura de vários loteamentos com infra-estrutura mínima necessária à população. Nas últimas décadas, essa realidade vem sendo modificada. E, de acordo com o Plano Diretor de Goiânia, é necessário um mínimo de equipamentos urbanos instalados, para a efetivação de um loteamento.

A expansão urbana provocada pelo crescimento demográfico exige uma reestruturação da cidade. Nesse caso, as populações de menor poder aquisitivo vão sendo deslocadas para áreas mais distantes do centro da cidade, onde os terrenos são de menor valor, pois ainda não sofreram especulação imobiliária. O resultado é a expansão da área metropolitana, com novos loteamentos, equipamentos públicos e lojas comerciais para atender as necessidades da população e em pouco tempo, os imóveis vão sendo valorizados. Essa realidade retrata a região Norte de Goiânia, assim vão surgindo centros secundários de comércio e serviços.

Para Sposito a abertura de novos loteamentos urbanos, destinados a engendrar diferentes padrões ocupacionais, construção de grandes conjuntos habitacionais associados ou não a de pequenos equipamentos para a realização de um consumo imediato, aparecimento de grandes equipamentos comerciais e de serviços e mesmo de outros centros de atividades mais complexas. (SPOSITO, 1998, p.30)

Em Goiânia a partir de 1980, o centro passa por um processo de transformação, com a saída da classe de maior poder aquisitivo, em busca de novos locais para moradia, formando assim as novas centralidades em setores como Bueno, Marista, Oeste. Mas , a formação

desses policultros está presente também em setores populares como Vila Nova, Campinas e Setor Pedro Ludovico. Podemos observar na tabela, as regiões mais atrativas de Goiânia até o ano 2000.

Quadro 6: População urbana de Goiânia – por Região- 1991 e 2000

Região	População 1991	%	População 2000	%	Taxa de crescimento
Central	152.449	17	145.960	13	-0,48
Sul	158.082	17	165.287	15	0,50
Sudoeste	117.255	13	150.637	14	2,82
Oeste	44.937	5	65.355	6	4,25
Mendanha	47.077	5	56.393	5	2,03
Noroeste	51.214	6	111.389	10	9,02
Vale do Meia Ponte	43.071	5	52.640	5	2,25
Norte	44.652	5	63.840	6	4,05
Leste	95.950	11	106.966	10	1,21
Campinas	123.244	14	123.530	11	0,03
Sudeste	34.780	4	43.807	4	2,60
Total	912.711	100	1.085.806	100	1,95

Fonte : IBGE – Censo Demográfico 1991 e 2000
Elaboração SEPLAM/DPSE/DVPE

Nas últimas décadas, de acordo com tabela, vem ocorrendo grande crescimento demográfico nas regiões Noroeste, Oeste e Norte com significativos percentuais. Deve-se salientar que essas três regiões receberam muitos migrantes no período de 1991 a 2000, devendo destacar a diferença social entre os moradores dessas regiões. Na região Norte, o crescimento demográfico se deve aos baixos preços dos lotes, por serem compatíveis a renda dos migrantes, na época da sua ocupação. Segundo Spósito (1998), há uma tendência em manipular a estrutura urbana que se expressa em diferentes formas de expansão e periferização dos centros urbanos, tais como novos loteamentos, a construção de conjuntos habitacionais associados à instalação de equipamentos públicos para atender as necessidades de consumo imediato. Na região Noroeste, se deve às áreas ociosas, ocupadas em grande parte de forma irregular. Na área Central constata-se um crescimento negativo, comprovando a desvalorização dos imóveis dessa área.

De acordo com a Lei 7.222 de 1994, exigia se menos, no que se refere a infra-estrutura para aprovação de novos loteamentos, o que contribuiu para o surgimento de novos loteamentos na cidade e ocupação de novos setores.

Segundo Correa, o crescimento da região Norte de Goiânia segue dois fatores mercadológicos . Primeiro pelo dos loteamentos serem compatíveis com a renda dos migrantes que vieram do interior e de outros estados e por estar mais próxima do centro tradicional, constituído de equipamentos de consumo acessível ao trabalhador. (CORREA,2004,p.108)

A partir de 2000, modificações foram feitas na lei de parcelamento urbano da capital, que passa a exigir a implantação de infra-estrutura básica nos novos loteamentos, provocando o encarecimento dos lotes, reduzindo os novos empreendimentos, voltados para as classes de menor aquisitivo. No entanto, sabe-se que a cidade possui um grande déficit de moradias.

Na região Norte, após o prolongamento da avenida Goiás e da Perimetral Norte é possível constatar a expansão da região, apoiada na intervenção do governo, constituindo de fato, a ocupação da região Norte. Segundo Villaça (1998, p.79) “ *as vias regionais de transporte influenciam na expansão urbana, no arranjo territorial da cidade e na valorização dos terrenos*”. Isso favoreceu à estruturação da Universidade Federal de Goiás em 1975, dos bairros São Judas Tadeu, Itatiaia I, II e III e Jardim Pompéia e mais tarde do Goiânia II. Devendo ressaltar a importância da BR-153 e GO-080, para os bairros de norte a nordeste da cidade, interligando as duas regiões. Entretanto, com leis menos exigentes na época, bairros foram surgindo sem a devida infra-estrutura adequada, o que se vê é uma rápida expansão, porém com sérios problemas urbanos e ambientais.

Dessa forma os novos loteamentos passam a ser fontes geradoras de impostos e de incremento da economia, com certeza passam a ter outro valor no mercado. Equipamentos públicos e privados passam a ser implantados na região como estava previsto no plano urbanístico, bem como moradias para as classes baixa e média, sem falar na formação de chácaras, consolidando as regiões Norte, Nordeste e Noroeste da capital.

O espaço na região Norte, pode ser visto de forma diferenciada, com casas espaçosas e confortáveis de um lado, blocos de apartamentos para atender à classe média e por outro construções bem simples e pequenas, ou ainda de conjuntos habitacionais, casas hoje, quase

todas modificadas, conseqüência do contraste na produção do espaço urbano. Na verdade, a região é repleta de contrastes, demonstrada tanto nas construções residenciais quanto comerciais, existindo assim diferentes níveis de renda e consumo. Diferenças não só na aparência das construções, mas também na forma de adquirir o imóvel, alguns financiados pelo governo federal, outros adquiridos através da compra do lote e da auto - construção.

Figura 7:



Casa no Jardim Guanabara I
Fotos da autora

Figura 8:



Casa original no Jardim Guanabara II

Nos anos 90, os setores da Região Norte passam por alterações do ponto de vista urbanístico, devidas à política do poder público e privado, atraindo um grande contingente de pessoas para a região, com novos loteamentos em áreas rurais, mesmo ocupando áreas consideradas de proteção ambiental e fundos de vale, como consta na Carta de Risco de Goiânia de 1991, trazendo sérios impactos ao meio ambiente.

Na Região Norte, como já foi dito, existe uma tendência à ocupação de lotes clandestinos e áreas irregulares e áreas caracterizadas como vazios demográficos. O Estado como forma de solucionar o problema da moradia, com seu caráter assistencialista, através do planejamento e organização, vem removendo famílias de áreas irregulares e de risco para novos conjuntos habitacionais, como no caso do Conjunto Orlando de Moraes.

CAPÍTULO 3

O BAIRRO JARDIM GUANABARA

3.1 A construção do espaço do Jardim Guanabara

O Jardim Guanabara está localizado na região nordeste de Goiânia, no estado de Goiás. O bairro é subdividido em quatro regiões: Jardim Guanabara, Jardim Guanabara II, Jardim Guanabara III e Jardim Guanabara IV. Marcada pela existência de propriedades rurais com criação de gado, cavalos e produtos hortifrutigranjeiros, passou a ser uma área predominantemente residencial. Porém, ocorreu uma grande expansão do comércio varejista e atacadista para atender à demanda da população do bairro e de setores vizinhos. Hoje, a população ultrapassa 30.000 habitantes.

Grandes empresas se instalaram recentemente na região do Jardim Guanabara, como o depósito do Supermercado Bretas e das lojas Novo Mundo, o laboratório Cifarma e a CEASA. O bairro conta também com agências dos Bancos Itaú, do Brasil e uma agência do Banco Santander, além de uma agência dos Correios.

Outros fatores podem ser apontados como vetores de desenvolvimento para a região. Dentre eles, destacam-se a construção da Barragem do João Leite, que foi criada para abastecer Goiânia e região metropolitana, com água potável. E ainda a reforma e ampliação do Aeroporto Internacional Santa Genoveva e a instalação da Brigada de Operações Especiais, que contribuíram para o crescimento do setor.

3.2 Expansão e tendência à segregação

Na constituição das cidades brasileiras, é muito comum a população mais pobre ser empurrada para bairros distantes. Faz-se necessário, historicamente, segundo Spósito, a rediscussão do conceito de periferia, já que o termo está fortemente associado à presença de favelas e de loteamentos destinados às camadas de menor poder aquisitivo, onde predominam as dificuldades de acesso aos bens de consumo coletivo.

Em Goiânia, devido a carência de uma política contínua, voltada para a habitação, ocorreu a implantação de grandes assentamentos e conjuntos habitacionais populares, promovendo a ocupação das regiões periféricas em Goiânia.

No final da década de 1990, a cidade possuía um quarto de sua população vivendo em assentamentos espontâneos. Os bairros irregulares concentram-se, principalmente, nas regiões Noroeste, Oeste, Mendanha, Vale do Meia Ponte e Leste, além de localizá-los, também, nas regiões Norte, Sudeste, Sudoeste e até mesmo na área Central.

Na origem da ocupação destas regiões, nas décadas de 1960 a 1980, duas questões são relevantes: o espaço das Regiões Noroeste, Vale do Meia Ponte e Norte de Goiânia eram, na sua totalidade, zona rural, portanto não adequado ao parcelamento urbano, e a legislação sobre parcelamento (Lei nº 4.526, de 31/12/71) que estava em vigor, era de caráter restritivo ao parcelamento, à medida em que exigia a implantação de infra-estrutura. Era uma exigência válida, tanto para o poder público, quanto para a iniciativa privada. A partir de tais considerações, podemos dizer que nos anos 1980 e 1990 três agentes estiveram envolvidos no processo de ocupação do solo em Goiânia, sendo eles: o poder público, o setor privado e as “invasões” agindo com algum planejamento. No Jardim Guanabara houve um crescimento pouco expressivo, resultado da ação dos governantes e do mercado imobiliário. Como se pode constatar na tabela abaixo :

Quadro 7: Goiânia: Pessoas residentes nos Bairros- Jardim Guanabara

Bairros	1991	2000
Jardim Guanabara I	14.440	15.888
Jardim Guanabara II	3.101	5.739
Jardim Guanabara III	4.867	5.787
Jardim Guanabara IV	175	443
Total	22.583	27.857

Fonte: IBGE - Censo demográfico 1991-2000-2010
 Elaboração: Prefeitura de Goiânia - SEPLAM/DPSE/DVPE
 Adaptado pela autora

3.3 Importantes fatores de crescimento: o Aeroporto, a criação da CEASA, a Brigada de Operações Especiais, a expansão do comércio e a indústria moveleira.

3.3.1 A instalação do Aeroporto de Goiânia

O primeiro Aeroporto de Goiânia foi implantado em meados da década de 30 e localizava-se em uma área, hoje denominada Setor Aeroporto . Era um aeroporto modesto, mas, que atendeu à sua finalidade até meados da década de 50. A partir de 1950, com o aeroporto já envolvido pela expansão da malha urbana, tornou-se necessário uma área maior, com infraestrutura que atendesse às aeronaves modernas e à crescente demanda de passageiros e cargas. Foi inaugurado em 1955, em substituição ao aeroporto que até então serve Goiânia.

A nova área, localizada na região nordeste da cidade, distante 8 km do Setor Central, foi disponibilizado oficialmente em 05/09/55, através do decreto N° 37 851, de 02/09/55. Era constituído de áreas pertencentes ao governo federal e de área doada pelo fazendeiro e médico Dr. Altamiro de Moura Pacheco, num total de 3.967.365,04m² (4.000km²). As operações aéreas só tiveram início a partir de 17/06/56. O aeroporto de Goiânia, desde a sua mudança para a nova área, foi planejado para ser um aeroporto internacional. O objetivo era tornar Goiânia a primeira cidade do Centro- Oeste com um aeroporto internacional.

Em 1974, entre as primeiras obras realizadas pela INFRAERO¹⁵ no aeroporto, a mais importante foi a recuperação da pista de pouso que se encontrava interditada, devido à precariedade das condições operacionais. A pista de pouso possui, atualmente, 2500m x 45m, homologada pela portaria ANAC¹⁶ 1566/2009, podendo operar aeronaves de médio porte.. Outra importante obra foi a ampliação do terminal de passageiros, que passou dos seus originais 1200m² para 1900m². Outras ampliações foram realizadas em 1981, e em 1994 o terminal foi ampliado para 4200m². Em 2000 foi feita uma nova ampliação do Terminal de Passageiros, em toda a sua área e disponibilizando um terminal com 6500m². O seu terminal de passageiros tem capacidade para 600 mil passageiros por ano, mas, nos últimos tempos, vem servindo a uma quantidade de passageiros muito superior à sua capacidade operacional.

¹⁵ INFRAERO- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

¹⁶ ANAC-Agência Nacional de Aviação Civil

Em 2006, por exemplo, foi utilizado por cerca de 1.400.000 passageiros e em 2009 passaram pelo terminal cerca de 1.772.424 passageiros. A última reforma foi inaugurada em 2011 com o objetivo de atender melhor os usuários.¹⁷

3.3.2 A criação da CEASA

Foi constituído nos termos da lei nº 5.577, de 20/10/75, regulamentada pelo Decreto nº 70.502, integrante do **Sistema Nacional de Centrais Abastecimento – SINAC**. Organizada de acordo com as normas do Conselho Nacional de Abastecimento - CONAB, conforme Decretos nº 65.750 de 26/11/69 e nº 66.332 de 17/03/70 e Lei nº8.987/95, cuja gestão compete ao Governo do Estado de Goiás, nos termos do Decreto Federal nº 70.502 de 11/05/72.

Os motivos da iniciativa do governo para a criação da Central foram em decorrência da precariedade com que era realizada a comercialização dos hortifrutigranjeiros, em que não se tinha controle de qualquer norma oficialmente instituída e condições adequadas de comercialização. Sobretudo com falta de espaço físico ou qualquer critério de classificação e qualidade.

As Centrais de Abastecimento de Goiás S/A (CEASA-GO), como uma empresa de economia mista, teve na sua criação em 1970 como acionista majoritário o Governo Federal, através da COBAL (Ministério da Agricultura) seguido pelo Governo Estadual e Governo Municipal. Em 1987 o *Governo Estadual* assumiu o controle acionário da Empresa, depois de obter em forma de doação da União as ações que lhes pertenciam, passando então a deter 99,9% das ações.

¹⁷ Dados da INFRAERO

Figura 9: Foto aérea do complexo em 2010 - CEASA



Fonte: www.ceasa.gov.go Acessado em 30-05-2011

3.3.3 Brigada de Operações Especiais(42° BIM)

Está localizada na Avenida do Contorno, s/n - Jardim Guanabara, desde a década de 1970 durante as operações contra a Força de Guerrilha do Araguaia . O Batalhão de Forças Especiais a qual a Companhia de Ações de Comandos era subordinada, realizava operações em conjunto com outras unidades do país.

O **1º B A C**, única organização militar desse gênero no Exército, herdou o modo de emprego e as tradições do antigo Destacamento de Ações de Comandos criado em 1968, quando este ainda era situado no Rio de Janeiro e subordinado a até então Companhia de Forças Especiais da Brigada de Infantaria Pára-queda, em 1983 esta companhia foi elevada a Batalhão de Forças Especiais, com isto o DAC foi elevado a Companhia de Ações de Comandos, subunidade do Batalhão de Forças Especiais. No ano de 2003 foi criada em Goiânia a Brigada de Operações Especiais, e a subunidade Companhia de Ações de Comandos foi elevada a nível unidade, o 1º Batalhão de Ações de Comandos, tendo seu comando desvinculado da Brigada Pára-queda e vinculado a Brigada de Operações Especiais, e sua sede transferida para Goiânia. Atualmente, ocupa o quartelamento situado no bairro, a Brigada de Operações Especiais. Recentemente sob a égide das Nações Unidas, o 1º

Batalhão de Ações de Comandos teve papel decisivo no combate a grupos paramilitares que assolavam o território haitiano e causavam grande instabilidade política no país. Desenvolve importante papel na dinâmica do bairro, contribui para o seu crescimento, tanto no que diz respeito ao crescimento da população e da economia, quanto na melhoria infra-estrutura do setor, segurança e na empregabilidade de trabalhadores domésticos.

Figura 10: Brigada de Operações Especiais



Foto da autora

3.3.4 A expansão do comércio local e da indústria moveleira

É interessante notar a dinâmica e o desenvolvimento do comércio e de serviços diversos no bairro Jardim Guanabara, gera emprego e absorve grande parte da mão-de-obra local, que visa atender não só a demanda da população local, mas também dos bairros vizinhos. O bairro conta com drogarias, supermercados, lojas de material de construção, uma infinidade de bares, pizzarias, madeireiras, açougues, boutiques, panificadoras, consultórios dentários, feiras, salões de beleza, várias igrejas e pequenos comércios populares.

O bairro conta com uma agência de correio e agências bancárias, sendo duas agências que funcionam na CEASA (BR 153) e duas na avenida Vera Cruz.

Figura 11: Av. Vera Cruz no Jardim Guanabara



www.guanabaragyn.com.br

Figura 12:



Agências bancárias e correio



Fotos da autora

Devemos destacar, também, a importância das fábricas de móveis que atendem tanto no varejo, quanto no atacado. Algumas mais antigas e conhecidas fábricas marcas são a JL Móveis a Estoril, a Conclasse Móveis e muitas outras do ramo moveleiro, que contribuiu para dinamizar a economia no bairro.

Segundo o Superintendente de Microempresas Thiago de Souza Peixoto da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás, nos últimos 30 anos, a indústria moveleira consolidou-se como uma das principais atividades produtivas da região, congregando um número

significativo de indústrias formais e informais que dependem, do mercado regional para o escoamento de seus produtos, normalmente, fabricados sob encomenda ou para atender empresas maiores de revenda de móveis. Percebe-se que a falta de integração, deficiência de mão- de- obra especializada, a escassez de capital de giro e o baixo nível tecnológico, entre outros, constituem obstáculos que comprometem a expansão do ramo moveleiro e limitam a competitividade das empresas locais, concorrendo com produtos provenientes de outros Estados e comercializados internamente. Com baixo nível de interação entre si e com as instituições locais, observam-se iniciativas isoladas das empresas para se manter competitivas, tentando inovar na área de produtos e processos, diante das dificuldades de acesso a organismos de apoio técnico e financeiro.

Diante de tais dificuldades do ramo moveleiro, a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás – SIC, com base em Arranjos Produtivos Locais(APL), com a finalidade de identificar o desenvolvimento dos setores industriais, importantes pela geração de emprego, movimentação da renda interna e estimulador da economia do município. O fortalecimento do APL de móveis formada pelos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, determinará uma dinâmica interativa entre as instituições governamentais de apoio, entidades e empresas, com vistas à melhoria e capacitação de gestão e aumento da competitividade, condição para o crescimento de sustentabilidade e geração de emprego e renda. É evidente que a participação das indústrias do Jardim Guanabara é expressiva na RMG. Para efeito dessa análise, utilizaremos dados da década de 90, com destaque para os anos, 1990, 1995, 2000 e também do ano de 2002.

Quadro 8: Evolução total dos estabelecimentos na Região Metropolitana de Goiânia – 1990, 1995, 2000 e 2002

Municípios	1 990	1995	2000	2002
Abadia de Goiás	-	-	47	67
Aparecida de Goiânia	460	794	1.952	2.628
Aragoiânia	9	26	83	108
Goianápolis	13	34	68	68
Goiânia	12.402	17.363	24.741	28.694
Goianira	23	130	216	274
Hidrolândia	25	85	249	281
Nerópolis	80	142	408	496
Santo Antônio de Goiás	-	13	59	83
Senador Canedo	10	61	252	372
Trindade	164	269	512	711
Total RMG	13.186	18.917	28.587	33.782
Total Estado de Goiás	26.503	43.661	152.180	180.939

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração: Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE) DVPE
Adaptado pela autora

No Estado de Goiás, o mercado representativo de trabalho e de produção nesse ramo está na RMG, os dados mostram que os investimentos são maciçamente dirigidos ao município de Goiânia.

A indústria do Setor Moveleiro de Goiás é formada, na sua maioria, por micro empresas cuja estrutura apresenta deficiências de toda ordem. Por exigir investimento fixo reduzido, esse tipo de indústria induz o aparecimento de pequenos empresários com pouco ou quase nenhum conhecimento do processo produtivo. Por essa razão, o segmento industrial se expandiu por quase todo o Estado, porém, de forma desordenada, e com baixa capacitação empresarial, comprometendo a competitividade, a estabilidade da mão de obra e a qualidade final do produto.

Embora a cadeia produtiva possua excelente potencial no mercado estadual e nacional, sua situação competitiva é precária por uma série de deficiências, tanto em termos de gestão, quanto à inovação tecnológica, o que torna os resultados econômicos e financeiros pouco expressivos, segundo o Plano de Desenvolvimento do APL Moveleiro de Goiânia e Região Metropolitana.

Desafios e oportunidades na criação da APL móveis

O setor moveleiro da Região Metropolitana de Goiânia, demonstra a existência de unidades produtivas de móveis, com características operacionais semelhantes, concentradas em um mesmo território, e com pouca diversificação, quanto a processos, produtos e máquinas. A condição dessas empresas, micro unidades produtivas de baixo padrão tecnológico e número reduzido de funcionários, com formação educacional mediana e baixa qualificação operacional, tem exigido a permanência constante do empresário à frente de todos os processos, a fim manter em operação sua unidade fabril. Falta ao segmento uma maior interação com seus fornecedores e clientes, assim como, entre os próprios empresários.

Atualmente, a maioria dos trabalhadores deste setor é treinada nas próprias empresas ou são provenientes de cursos de capacitação da UCG, UFG, SENAC e SENAI, dando apoio no sentido da formação profissional requerida para o bom desempenho das atividades específicas do processo industrial do segmento moveleiro. O Governo do Estado de Goiás, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Secretaria da Indústria e do Comércio, juntamente com a Prefeitura de Goiânia e dos municípios envolvidos na implantação do Pólo Moveleiro, têm planos definidos relativamente ao projeto e estão engajadas no processo no sentido de apoiar, fomentar e regular ações para as atividades propostas, no sentido de não criar áreas de estreitamento no fluxo do processo de desenvolvimento. O SEBRAE exerce uma função ordenadora, no sentido de instituir um modelo organizacional padrão dentro das regras nacionais e das normas por ele estabelecidas nacionalmente, além de fomentar atividades que visem à melhoria principalmente, do aspecto da gestão. O SENAI presta apoio, fundamental, diga-se de passagem, na medida em que oferece a formação profissional requerida para o bom desempenho das atividades operacionais específicas dos processos industriais característicos do segmento moveleiro.

Desta forma, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, assumirá a interlocução com o MDIC¹⁸ para as questões do APL, fazendo assim, um trabalho de interação entre os atores do processo.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do APL Moveleiro de Goiânia e Região Metropolitana, os principais obstáculos são: a grande verticalização da produção industrial de

¹⁸ MDIC- Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio.

móveis; a falta de integração do setor; deficiência de alguns elos auxiliares no mercado; a falta de capital de giro; elevada informalidade; baixos investimentos em modernização, design e capacitação; baixa de produção em escala.

3.4- O Jardim Guanabara

O papel central desempenhado pelo Estado, por meio do SFH (Sistema Financeiro da Habitação), garantiu a expansão da forma empresarial de produção de moradia. A partir dos anos 60, o pequeno especulador cedeu lugar, na dinâmica de constituição do espaço construído, à grande empresa imobiliária

“cuja ação era até então limitada pelas dificuldades decorrentes da inexistência de um mecanismo capaz de centralizar poupanças para financiar os empreendimentos” (Lago e Ribeiro, 1996, p. 42).

Como consequência, as cidades brasileiras conheceram, no período 1970/1980, um extraordinário crescimento dos edifícios de apartamentos produzidos para as classes médias nas áreas centrais, o que consolidou o padrão segregador de estruturação do espaço urbano, caracterizado, grosso modo, pela moderna produção residencial no centro e pela consequente expulsão das camadas populares para a periferia (Lago, 1996, p.12).

Sabe-se que crescimento da cidade para a região Norte não estava planejado. Esse crescimento deu-se por ocupação em áreas irregulares e assentamentos via ação dos governos estadual e municipal e a abertura de loteamentos populares. Para compreender a realidade da população dessa região que é, em sua maioria, formada por migrantes vindos do interior do estado de Goiás e de várias outros estados brasileiros, que vieram em busca de uma vida melhor.

Quadro 9: Domicílios Particulares permanentes segundo os Bairros -1991 e 2000

Bairros	Total de Domicílios particulares permanente	
	1991	2000
Jardim Guanabara	3.614	4.503
Jardim Guanabara II	661	1.475
Jardim Guanabara III	1.348	1.619
Jardim Guanabara IV	37	116
Total	5.660	7.713

Fonte: IBGE - Censo demográfico 1991e, 2000

Elaboração: Prefeitura de Goiânia - SEPLAM/DPSE/DVPE Organizado pela autora

Para compreender a formação do bairro é necessário fazer algumas distinções: quando se fala de Jardim Guanabara I e IV refere-se a áreas que foram organizadas através de

loteamentos. Loteamentos com pouca infra-estrutura no início de sua implantação, mas vêm melhorando a cada ano. Já os “Conjuntos Jardim Guanabara II e III,” referem-se aos conjuntos habitacionais destinados à classe popular, mas que foram construídos de forma planejada, para atender a uma população específica.

O Jardim Guanabara II é caracterizado por duas realidades: uma parte é o Conjunto criado por uma cooperativa para funcionários públicos municipais e financiado pela Caixa Econômica Federal e a outra é formada por uma área irregular, próximo ao córrego Pedreira. Porém, o Jardim Guanabara II é uma área formada por lotes e por uma ocupação de moradores remanejados de outros setores de Goiânia, já o Conjunto Jardim Guanabara III, também foi planejado para atender funcionários públicos, estaduais.

3.4.1 Jardim Guanabara I

O Jardim Guanabara fica localizado na região nordeste de Goiânia, e sua área se estende desde a Brigada de Operações Especiais até a BR-153, próximo à Central de Abastecimento de Goiás (CEASA).

O surgimento da primeira etapa do setor Jardim Guanabara I, foi regularizada em 1953 e se desenvolveu à margem esquerda da Avenida Vera Cruz, onde os primeiros moradores se instalaram, do outro lado foi construído, o Aeroporto Santa Genoveva. Ao lado está o antigo Batalhão Militar, única instituição que servia de apoio à comunidade, hoje sedia a Brigada de Operações Especiais. Apesar da economia voltada para agropecuária, o Quartel do Exército, como era chamado, também constituía-se em fonte de renda para a população do bairro, como prestação de serviços às famílias dos militares.

O setor tem como origem duas fazendas que ocupavam a área acima descrita. Gradativamente as casas foram sendo construídas, os moradores vieram aos poucos, aumentando a população do Jardim Guanabara.

A segunda etapa do Guanabara I surgiu em 1975. Esta etapa resultou de uma desapropriação do Setor Nova Vila, onde atualmente localiza-se o Parque de Exposição Agropecuária; os habitantes desalojados foram remanejados para a área que hoje é nomeada

de Jardim Guanabara II; esta, no entanto, só foi regularizada em 1986 . Fato como esse demonstra a dificuldade de Goiânia com problemas de habitação popular. Por um lado, havia necessidade dos trabalhadores para a construção da cidade, por outro, não havia áreas determinadas para suas moradias .

Em relação à urbanização de Goiânia, assim como de outras cidades brasileiras, o processo não foi diferente. Com a crescente migração provocada pela urbanização capitalista, não há lugar para estes, "os pobres", sempre excluídos, a não ser ocupar os espaços irregulares.

No álbum de fotografias de Goiânia, publicado em comemoração aos 60 anos do jornal O Popular (1998), descreve-se essa realidade precária de moradia dos migrantes não qualificados que aqui chegavam, a partir de 1935. Viam-se diante da necessidade de alojar suas famílias, não tinham recursos para morar ou adquirir lotes urbanos nos bairros populares. Passaram a ocupar os vazios, sem que houvesse repressão imediata do poder público (O POPULAR, 1998).

Essa forma de ocupação urbana recebeu o nome de 'invasão' ou área irregular. O Jardim Guanabara não foi exceção, tanto o Jardim Guanabara I, quanto o II, foram ocupados de forma desordenada. Seus lotes e casas, em determinadas ruas, não foram planejados. Hoje vemos a remoção de famílias da área de segurança, próxima ao Aeroporto para o Residencial Orlando de Moraes e Antônio Carlos Pires, área que se localiza distante da centro da cidade, o que nem sempre agrada aos moradores .

O Jardim Guanabara é constituído por ruas espaçosas, enquanto outras são estreitas, como as vielas . Dessa forma, hoje, o bairro possui áreas chamadas de posse urbana. Assim, é a realidade de conflito pela posse da terra urbana no setor. Percebe-se que os trabalhadores foram sendo expulsos da cidade, passando a ocupar a periferia.

A expulsão da população do campo é uma das causas do crescimento da cidade. A história da construção de Goiânia, deixa claro, esse processo migratório e a falta de qualificação profissional desses migrantes, que eram trabalhadores do campo, portanto sem qualificação.

O processo de formação de periferias das grandes cidades brasileiras, se repete em Goiânia como no Jardim Guanabara. É o espaço urbano planejado convivendo com as áreas

irregulares. Esse bairro convive de forma evidente com essas duas realidades; próximo do Jardim Guanabara estão localizados os dois conjuntos habitacionais de casas populares Guanabara II e III; e logo abaixo fica a área irregular ou de risco, às margens do Córrego Pedreira.

Figura 13: Mapa de Goiânia - Localização do bairro Jardim Guanabara

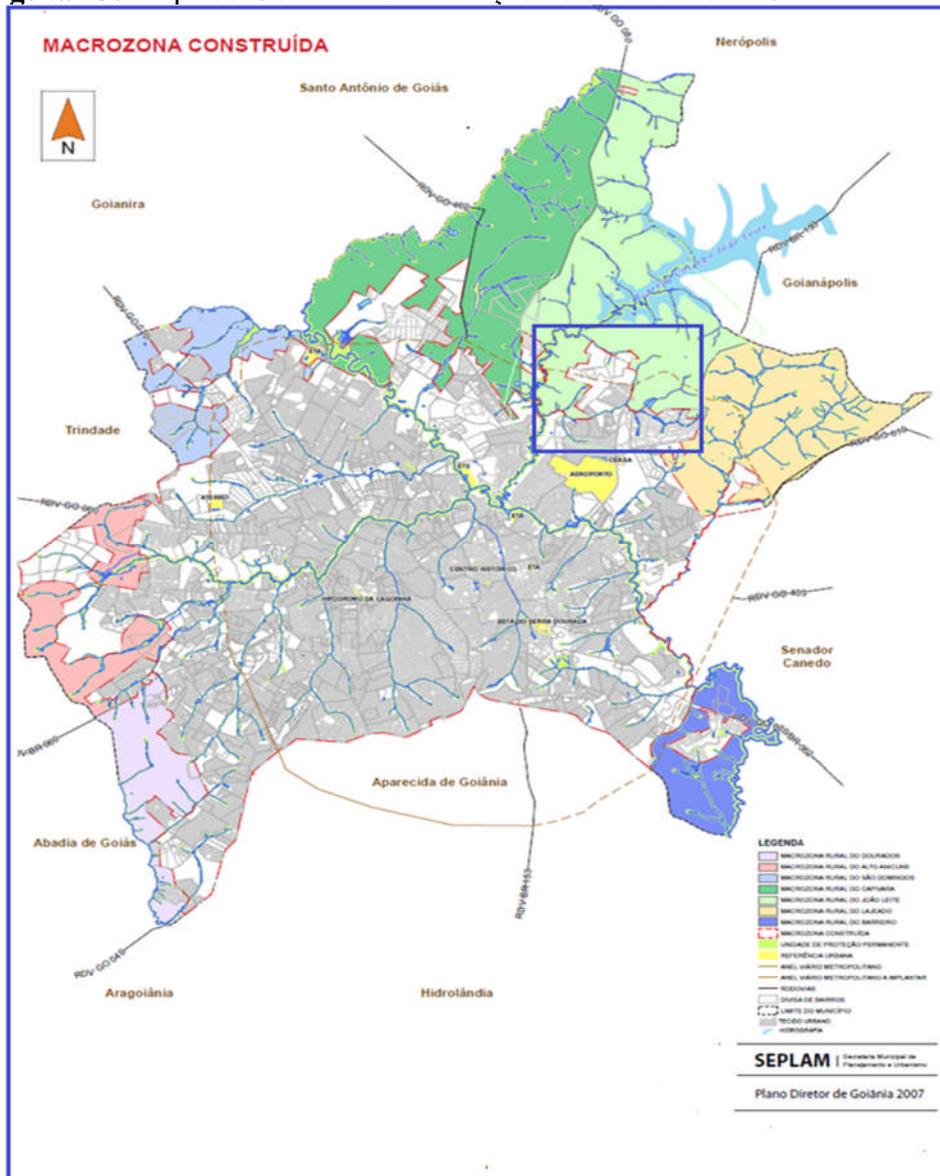
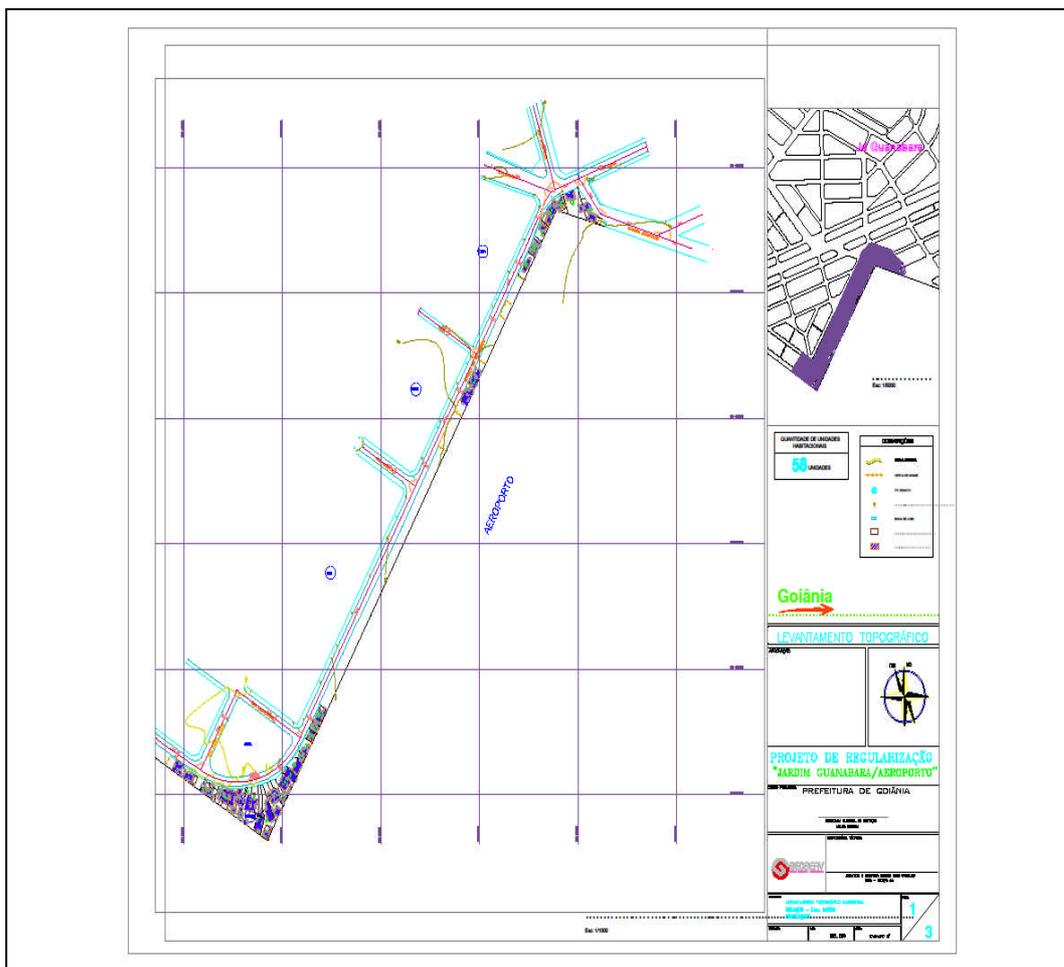


Figura 14: Projeto de desocupação do Aeroporto do Jardim Guanabara I



Fonte: SMHAB

3.4.2 Os Conjuntos habitacionais Jardim Guanabara II e III

Segundo Flávio Villaça (2001: 141) “uma das características mais marcantes da metrópole brasileira é a segregação espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais, criando-se sítios sociais muito particulares. (...) Tal como aqui é entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”.

Os conjuntos habitacionais brasileiros têm se caracterizado como uma prática comum no país, passam a compor parte significativa da paisagem urbana nacional. Os conjuntos, do ponto de vista da sua localização, é construído distante das áreas centrais da cidade, como solução dos problemas de habitação para as classes populares. São vistos como o lugar de moradia de gente simples e de poucos recursos.

Assim, os Conjuntos Jardim Guanabara II e III que se localizam na região norte de Goiânia e estão ao lado da BR-153, abaixo do Guanabara I e distante quatorze quilômetros do centro da cidade de Goiânia. Os conjuntos foram criados a partir de 1989 e resultaram de um projeto desenvolvido pela Associação dos Servidores Públicos do Estado Goiás (ASPEG). A compra das casas foi financiada em 25 anos pela Caixa Econômica Federal (CEF). A Aspeg comprou a área, e a Companhia Warre Engenharia executou o projeto em duas etapas. A primeira etapa foi entregue em 1989. São casas geminadas, em cada lote de 14 x 30m foram construídas duas casas de dois quartos, sala, cozinha e um banheiro, sendo que cada casa ficou com 210 m² de terreno. No total são duas mil e duzentas e cinquenta unidades. Vale lembrar que os materiais de construção dessas casas não são de boa qualidade. No entanto, os moradores enfrentaram dificuldades: receberam as residências somente com fiação e cal nas paredes, embora, tivessem que pagar uma poupança de doze meses até a entrega da chave. Muitos dos moradores não puderam pagar e perderam a casa.

Uma característica comum aos moradores é que se tratavam de funcionários públicos de vários níveis e categorias: da Companhia Energética de Goiás (Celg), da Saneamento de Goiás (Saneago), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), dos correios, professores e policiais. Com o passar do tempo, esta realidade foi se transformando como em qualquer outro bairro. As casas foram sendo modificadas e ampliadas para se tornarem uma habitação mais confortável. Hoje, encontram-se poucas unidades em seu estilo original.

Figura 15:



Casa original
Fotos da autora



Casas modificadas Av. Absay Teixeira Guanabara III

Já o Conjunto Jardim Guanabara II, surgiu a partir do planejamento de uma cooperativa para atender funcionários públicos municipais, de acordo com a lei:

Lei 6720/88 | Lei nº 6720 de 23 de dezembro de 1988 de Goiânia
 "DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE LOTES URBANOS NO
 LOTEAMENTO"JARDIM GUANABARA II, NESTA CAPITAL."
 A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A
 SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à COOPERATIVA HABITACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GOIÂNIA LTDA, os lotes urbanos que compõem as quadras nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 33, e 25, no loteamento denominado "Jardim Guanabara II", nesta capital, de propriedade do Município Goianiense.

Art. 2º - Os imóveis doados se destinarão exclusivamente para fins de construção de casas populares, destinadas aos servidores do Município de Goiânia, que as adquirirão por intermédio do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), administrado pela Caixa Econômica Federal.

Art. 3º - A donatária deverá iniciar o processo de habilitação de crédito para a consecução das finalidades indicadas no artigo 2º, desta lei, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

Parágrafo Único - A doação de que trata esta lei é feita em caráter de gratuidade e tem por escopo atender as necessidades atuais da donatária, não sendo permitido, a qualquer título, a sua transferência ou locação.

Art. 4º - A doação, que se fará com a observância do disposto no artigo 15, inciso I, letra b, da Lei Estadual nº 10.412, de 30 de dezembro de 1987, que revogou os §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 133, da Lei nº 8.268, de 11 de julho de 1977, será concedida exclusivamente para os fins previstos nesta lei, sob pena de esta ser revogada por descumprimento das condições estabelecidas, com a reversão dos imóveis doados ao patrimônio do doador.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 23 dias do mês de dezembro de 1988

Daniel Antônio de Oliveira
 PREFEITO DE GOIÂNIA

Muitas dessas casas foram vendidas (ágio, direito) a outras pessoas. O motivo é geralmente as altas prestações cobradas pela CEF e os baixos salários dos funcionários públicos.

“... os moradores acabam abandonando os conjuntos habitacionais ou transferindo seu financiamento para pessoas com melhores condições financeiras, numa distorção que realimenta o processo de favelização. Mesmo os programas de urbanização, que se propõem a respeitar as ocupações, mantendo a população no local em que se encontra, resultam, na prática, em expulsão, uma vez que as áreas, valorizadas pela regularização e melhorias, atraem a população de renda mais alta” (Lorenzetti, 2001, p. 11).

Embora muitos já tenham conseguido a quitação do financiamento desses imóveis através dos planos e medidas provisórias dos dois últimos governos federais há, porém,

muitas famílias com prestações elevadas, com saldo devedor altíssimo, atrasadas e pagando-as na justiça.

Atualmente, o Jardim Guanabara III é um conjunto com centro comercial e de prestação de serviços. Encontram-se ali supermercados, panificadoras, restaurantes, farmácias, papelarias, postos de saúde, lojas de importados, escolas, salões de beleza, lojas de eletrodomésticos, de construção em geral, oficinas mecânicas, fábricas de móveis. Enfim, é um setor que tem uma infra-estrutura urbana quase completa.

Figura 16: Avenida Goiânia Jardim Guanabara III



www.guanabaragyn.com.br

Um dos problemas do conjunto, levantado pela associação dos moradores, é a falta de políticas públicas para o lazer.

No entanto, o Conjunto Jardim Guanabara III possui certa infra-estrutura, desde que surgiu, diferente do Conjunto Jardim Guanabara II, bairro em que a infra-estrutura surge aos poucos. E na ‘invasão’ do Guanabara II, sem nenhuma infra-estrutura. Os conjuntos populares permitem um certo planejamento de ações que promovam melhorias, é uma das diferenças entre estes e as ‘áreas de invasão’ como o a do Jardim Guanabara II.

Figura 17 Casa original J. Guanabara II e casa modificada Rua GB-01 Jardim Guanabara II



Fotos da autora

3.4.3 As áreas irregulares do Jardim Guanabara II

Com a expansão urbana, instalou-se a ocupação irregular às margens do Córrego Pedreira, hoje próximo aos conjuntos II e III, aproveitando-se da infra-estrutura existente nas proximidades. Essa é uma Área de Proteção Ambiental, onde se instalaram alguns moradores, provocando a poluição do córrego, com lixo e esgoto, lançados no córrego. Oficializada em 1986, e sua população é resultado de dois remanejamentos: o primeiro trata-se de uma população que veio do setor Criméia Leste, em 1975, e originou a CPU: é uma sigla que define e localiza o lote na área irregular.

Na segunda etapa do Guanabara I. Este não comportou todos que vieram, o que provocou um segundo remanejamento, a mudança foi feita para outra área, uma parte baixa que fica às margens do Córrego Pedreira. Os moradores são divididos em duas classes "D e "E", definida pelo presidente da Associação do Guanabara II, ou seja, é onde reside parte da população que não teve condições financeiras de construir suas casas. Essa ocupação formou a CPU¹⁹ bem próximo ao Córrego. É nessa faixa do córrego que mora a classe mais pobre do Jardim Guanabara. Hoje os barracões são de alvenaria, sem espaço entre uma e outra moradia.

¹⁹ CPU- Conglomerado Populacional Urbano, sigla usada pela empresa de energia do Estado - CELG.

Figura 18: Área de ocupação irregular Jardim Guanabara II



Rua GB- 08

Foto da autora

Segundo o presidente da associação comunitária do Jardim Guanabara II e pesquisa empírica realizada, grande parte dessa comunidade é composta por migrantes dos estados de Minas Gerais, da Bahia, Piauí, Ceará, Paraíba e Maranhão. Esse dado confirma o alto índice migratório para o estado de Goiás e para a cidade de Goiânia. É uma população discriminada pelo fato de ocupar uma área de risco. Com a crescente migração provocada pela urbanização, não há lugar para estes 'os pobres', sempre excluídos, a não ser ocupar os espaços indevidos ou em áreas distantes.

As soluções clandestinas contam, em grande medida, com a tolerância do poder público, considerando que, dessa forma, “o custo da habitação tende a ser excluído do orçamento doméstico da força de trabalho, sem que o Estado arque com essa despesa através de subsídio ou através da política habitacional institucional (Lorenzetti,2001,p.12).

Porém, com o Projeto de Remoção da Secretaria Municipal de Habitação, a população de área de risco, como pode ser visto logo adiante no projeto, sendo que cerca de 120 famílias foram transferidas para o Residencial Orlando de Moraes, idealizado para abrigar famílias que vivem em área de risco e de preservação ambiental.

Todos os parcelamentos efetuados após 2007 foram inseridos em Decreto como AEIS tendo em vista o perfil das famílias beneficiadas. De acordo com a Lei nº 8.834, de 22 de julho de 2009 denominam-se Áreas de Interesse Social – AEIS, para efeito de aplicação desta lei, áreas integrantes da Macrozona Construída, delimitadas com o propósito de promover prioritariamente, a implantação de núcleos habitacionais para a população de loteamentos ilegais e das posses urbanas situadas em área baixa renda; regularização dos loteamentos ilegais (PMH de Goiânia, 2010, p.67)

Em reunião realizada no dia 3 de maio, para informar os beneficiários que receberão casas no Residencial Orlando de Moraes sobre o PTTS. A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Habitação (Smhab), e o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH) em reunião com as famílias das ruas GB26, GB27 e GB31 do Jardim Guanabara II, que serão beneficiadas com casas do Residencial Orlando de Moraes pelo Programa Municipal de Habitação -A Casa da Gente. O objetivo é apresentar a estas famílias os Projetos de Regularização e Remoção e Projeto de Trabalho Técnico Social do Programa Prioritário de Investimentos – PPI, do Governo Federal em parceria com a Prefeitura de Goiânia, executado pelo IDTECH. O PTTS contempla ações de mobilização e organização das famílias, que são orientadas e acompanhadas por técnicos sociais e equipe da Secretaria Municipal de Habitação desde a área de origem até a nova moradia, durante todo o processo da transferência. Calçado em três eixos, procura estimular ainda a geração de renda entre os beneficiários.

Fonte: ASCOM/IDTECH

O córrego Pedreira, localizado no Jardim Guanabara II, apresenta um grande volume de água no período das chuvas, pois recebe água do seu tributário João Leite, o que torna possível a ocorrência de inundações no local, no período chuvoso. Os dados sobre a ocorrência de inundações, constatados pela defesa civil, mostram que os eventos são recorrentes e se repetem anualmente. A frequência de inundações no córrego Pedreira iguala-se à de bacias hidrográficas, com maior extensão, no Jardim Guanabara II, a Rua GB 26 (margens do Ribeirão Pedreira) e Rua GB 27 (1ª quadra acima). Em 29/12/2006, 50 casas foram atingidas, trazendo perdas materiais e causando transtornos à população local, devido a rede pluvial insuficiente, causando riscos de alagamento devido a proximidade do ribeirão, bem como de desabamento das edificações, que são de alvenaria, porém com estrutura instável. Além disso, serão transferidas famílias da GB – 28 e GB 31, áreas próximas ao córrego.

Apesar de aparecer com apenas um local de ocorrência de inundação com danos a seres humanos e ter sido classificada como nível médio de risco pela Defesa Civil (2008), a bacia do córrego Pedreira tem apresentado eventos de acidentes recorrentes. Além disso, o número de famílias ali instaladas é relevante, se comparado ao número apresentado para Goiânia. Apesar de algumas famílias terem sido removidas pela Prefeitura, muitas ainda ocupam a área onde ocorrem os acidentes (SANTOS, 2010, p.95).

Figura 19: Área de ocupação irregular Jardim Guanabara II



www.googlemap.

Figura 20: Projeto de Remoção do Jardim Guanabara II- Margem do córrego Pedreira.



Fonte- SEPLAM

Com recursos utilizados do Governo Federal e do Programa - PPI – Programa Prioritário de Investimento com recursos do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal. (SMHAB). Dois projetos estão sendo executados com o objetivo de assentar 62 famílias a serem removidas do Jardim Balneário Meia Ponte APP e sistema viário, 123 da APP e do sistema viário do Jardim Guanabara II, 40 da APP da Vila São Paulo, 54 da APP do Setor dos Funcionários, 184 do sistema viário do Jardim Novo Mundo e mais 219 sistema viário (Avenida Leste/Oeste) do Setor Negrão de Lima e Vila Viana. Total de 682 famílias atendidas. (PMH, 2010, p.67)

Figura 21: Residencial Orlando de Moraes



Total: 397 lotes - (AEIS - Decreto nº 1451 de 16/06/2008). (PMH, 2010)

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Habitação (SMHAB), trinta e dois por cento das casas que formam o Residencial Orlando Moraes, na Capital, já estão habitadas. Ao todo, já somam 153 o número de famílias que foram retiradas de áreas de risco para viver em residências com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com área de 40,80m². Os novos moradores habitavam antes em território vulnerável no Jardim Guanabara II .

O Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDTECH), organização social responsável pelo Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) nos empreendimentos de caráter social da Prefeitura de Goiânia, acompanha o processo de mudança. O objetivo é dar apoio aos moradores, de forma que ocorra a inclusão social e o resgate da cidadania.

A ação executada pela SMHAB, leva apoio para que os moradores se adaptem ao novo lar, de forma que ocorra inclusão social e o resgate da cidadania. É o que defende o secretário municipal de Habitação, Paulo Borges. “Chega de sofrimento. Vamos inseri-los na sociedade. Capacitando-os com cursos e outras atividades”. Fonte: Assessoria de Imprensa - IDTECH (Texto: Thiago Vieira).

3.5- Perfil dos entrevistados do Jardim Guanabara e de suas moradias

Para **Santos** (1981, p.173) existem duas ou diversas cidades dentro de uma mesma cidade, resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais. Pode ser medido pela análise das características do habitat e dos serviços de cada bairro .

Para Villaça (2001) os contrastes sociais nas metrópoles facilitam a análise dos desníveis sociais em relação à disputa pela produção e consumo do espaço.

Correa enfatiza, “ *que uma das formas de analisar a diversidade do bairro é através da paisagem urbana*” (2009,p.68). Sendo assim possível compreender a dinâmica do espaço por meio de dados populacionais da escolaridade, da faixa salarial dos moradores e principalmente da morfologia das residências e dos tipos de comércio e de serviços que o bairro oferece.

Para melhor compreensão sobre o espaço urbano do setor e do perfil da população foi realizada uma pesquisa empírica, em que foram realizadas 250 entrevistas com moradores dos bairros: Jardim Guanabara I; II; III e IV. Foram formuladas perguntas a respeito dos proprietários dos domicílios e do bairro: como origem, escolaridade, faixa salarial, tamanho dos domicílios, situação do domicílio, profissão, tipo de lazer, problemas enfrentados pela população no setor.

Quadro 10: Origem dos moradores dos bairros Jardim Guanabara

Bairros	Outro bairro da cidade	%	Outra cidade Ou estado	%	Total
Jardim Guanabara	67	55,8	53	44,2	120
Jardim Guanabara II	50	83,3	10	16,7	60
Jardim Guanabara III	37	61,7	23	38,3	60
Jardim Guanabara IV	07	70,0	03	30,0	10
Total	161	64,4	89	35,6	250

Analisando os questionários foi possível observar que, grande parte dos proprietários, 161, vieram de outros bairros da cidade, sendo que 53 vieram de outras cidades do estado ou de outros estados, entre eles podemos citar Tocantins, Pará, do Distrito Federal, Roraima,

Sergipe, Maranhão, Ceará, Paraíba e Bahia. Sendo que 44,2% de moradores do Jardim Guanabara I, são de pessoas que vieram de outras cidades e estados, ainda no período da formação do bairro desde 1950; e os moradores do Jardim Guanabara II, III e IV (83,3% e 61,7%, 70,0 respectivamente), vieram de outros bairros da capital, constatando que nesse período diminuiu a migração de outras cidades e estados para o bairro, como pode ser visto na tabela acima. De acordo com FREITAS,

... as migrações intra-urbanas se dão a partir do estímulo e oportunidade de acesso à casa própria e dificuldade de acesso aos lotes que já possuem uma certa infraestrutura, no caso da população de baixa renda (2004, p.27).

Enfatiza ainda que a organização dos espaços metropolitanos é resultado de uma dinâmica populacional. Trata-se do deslocamento da população empobrecida para áreas cada vez mais periféricas ou de uma população privilegiada em busca dos condomínios fechados, em fuga dos problemas urbanos. Com relação ao crescimento da cidade, MOYSÉS ressalta a influência dos fluxos migratórios até a década de 1960. A partir de 1970, a migração assumiu caráter mais intra-regional e intra-municipal (2004, p, 160).

Após esse período, o Estado abandona o planejamento original, assim a cidade desestrutura o seu espaço, obedecendo a dinâmica do mercado imobiliário, provocando enormes problemas urbanos.

Quadro 11: Nível de instrução - do proprietário da casa

Bairros	1º Grau incompleto	1º Grau completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Graduação	Especialização	Total
Jardim Guanabara	18	10	41	29	15	07	120
Jardim Guanabara II	11	06	14	12	11	06	60
Jardim Guanabara II	04	04	10	20	16	06	60
Jardim Guanabara III	01	03	01	05	----	----	10
Total	34	23	66	66	42	19	250
%	13,6	9,2	26,4	26,4	16,8	7,6	100,0

Comparando o nível de instrução, que é um dos indicadores constituintes do perfil socioeconômico dos moradores do bairro, constatou-se que a escolaridade dos proprietários ainda é baixa, principalmente porque devemos relacionar a escolaridade, a renda e a situação ocupacional dos moradores, boa parte dos moradores são migrantes (35,6%), em

busca de oportunidades de trabalho, de formação e saúde na capital. O índice de pessoas com formação superior no Jardim Guanabara ainda é considerado baixo (16,8%), e com especialização (7,6%), na sua maioria funcionários públicos.

Quadro12: Ocupação – situação sociocupacional - Proprietário

Bairros	Trabalhador do terciário não especializado	Trabalhador do setor secundário	Trabalhadores do setor Terciário	Funcionário público	Comerciante	Profissional autônomo	Outro	Total
Jardim Guanabara	14	12	31	34	11	15	03	120
Jardim Guanabara II	07	--	15	15	07	11	05	60
Jardim Guanabara III	08	--	19	19	02	09	03	60
Jardim Guanabara IV	03	02	--	01	--	04	--	10
Total	32	14	65	69	20	39	11	250
%	12,8	5,6	26,0	27,6	8	15,6	4,4	100,0

Quanto a situação ocupacional dos moradores do Jardim Guanabara, dentre os proprietários pesquisados são trabalhadores do setor terciário especializado 26,0% da população pesquisada, são funcionários públicos 27,6%, 15,6 % são profissionais autônomos e 12,8% são trabalhadores não especializados e com menor rendimento. Percebe-se que grande parte dos proprietários dos domicílios ainda são os funcionários públicos, apesar da redução; em seguida vêm os trabalhadores do setor terciário especializado e profissionais autônomos 15,6%, sendo que 8% são comerciantes. O que indica que a ocupação profissional dos moradores exige baixa qualificação, o que justifica também os baixos rendimentos.

Quadro 13: Renda familiar

Bairros	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	DE 2a 3 SM	DE 4 a 5 SM	Acima de 5 SM	Recusa	Total
Jardim Guanabara	17	28	22	21	20	12	120
Jardim Guanabara II	06	12	12	12	12	06	60
Jardim Guanabara III	07	12	17	13	11	--	60
Jardim Guanabara IV	--	01	01	04	04	--	10
Total	30	53	52	50	47	18	250

Com relação aos problemas enfrentados pela população, o problema mais representativo é a falta de segurança com 64,4%, em segundo lugar com 17,2% é a falta de assistência à saúde ; em seguida a ineficácia dos meios de transporte com 12% e por último a falta de creches e mais escolas públicas . A questão da violência urbana é hoje um dos problemas mais graves enfrentados pela população de grande parte das regiões metropolitanas. Destaca Moysés,

Goiânia apresentou em 1998 taxa de 21,54, que aumentou para 26,89 em 1999, decresceu para 22,87 em 2000 e para 18,89 em 2001, voltando a subir para 28,96 em 2002, confirmando a pesquisa *As cidades e a violência* na qual Goiânia figurou em vigésimo lugar entre os municípios das regiões metropolitanas, com 27,63 % de risco de uma pessoa ser vítima de homicídio (MOYSÉS,2009, p.117).

O sentimento de insegurança não só no bairro, constatado também numa pesquisa realizada em novembro de 2011 na grande Goiânia, pode ser explicado através do rápido processo de urbanização ao processo migratório e a exclusão social.

Soma-se a isso, característica do tempo atual, o crime organizado, especialmente o tráfico de drogas. Entre os crimes, a incidência de homicídios chama mais a atenção pelo seu caráter violento de crime contra a pessoa (MOYSÉS, 2009, p. 115).

A questão da segurança no setor apresenta, uma tendência de crescimento de ocorrências de crimes de homicídio e tráfico de drogas, fato comum que ocorre em grande parte da cidade. De acordo com Carlos Mercante (2008, p.160) *a incapacidade do poder público em atender as necessidades da população traz consequências desastrosas para a população.*

Com relação à saúde, um dos grandes problemas dos bairros Jardim Guanabara, o péssimo desempenho do sistema de saúde, não satisfatório, conforme apontado pelos entrevistados, falta uma política pública priorizando o atendimento à saúde, no que diz respeito à melhoria de equipamentos, instalações físicas e profissionais capacitados e disponíveis para o atendimento à população. Pois, sabe-se da insuficiência desse serviço no país e ainda, o problema da saúde vai muito além de outros problemas que são básicos para a população.

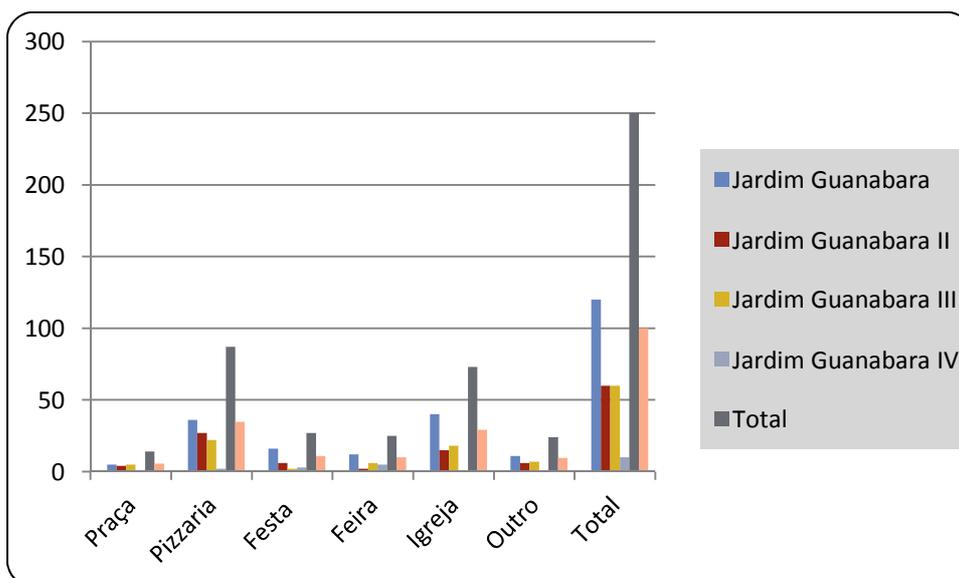
O transporte no Jardim Guanabara aparece como o terceiro problema mais citado pela população entrevistada, que apesar do bairro possuir três linhas de ônibus, não é o suficiente para atender à população.

No que diz respeito ao lazer, são poucas as opções, os tipos mais selecionadas são as pizzarias, bares com 34,8%; em segundo lugar as igrejas, que são inúmeras, que mesmo não sendo considerado um lugar de lazer, acaba sendo um refúgio com 29,2%, na sequência as festas ;outro tipo de lazer fora do bairro como cinemas, chácaras, shopping o que demanda mais gastos e depois as feiras que são cinco, e as praças.

Quadro 14: Tipos de lazer

Bairros	Praça	Pizzaria ou bar	Festa	Feira	Igreja	Outro local	Total
Jardim Guanabara	05	36	16	12	40	11	120
Jardim Guanabara II	04	27	06	02	15	06	60
Jardim Guanabara III	05	22	02	06	18	07	60
Jardim Guanabara IV	--	02	03	05	--	--	10
Total	14	87	27	25	73	24	250
%	5,6	34,8	10,8	10,0	29,2	9,6	100,0

Figura 22: Tipos de lazer em % no Jardim Guanabara



Com relação a forma de acesso à casa , no Jardim Guanabara I hoje, já que se trata de um loteamento 50 moradias correspondem a compra e 54 são alugadas sendo, 16 cedidas. Sendo que 115 estão regularizadas , apenas 04 estão em área irregular.

No Jardim Guanabara II, são casas financiadas pelo governo federal, adquiridas através das cooperativas ,dos imóveis pesquisados ,09 através de ágio,02 cedidas e 08 são de aluguel. 46 dos imóveis estão regularizados , 10 em financiamento e apenas 04 ainda em área irregular.

Já no Jardim Guanabara III , dos 60 imóveis entrevistados , foram adquiridos através da cooperativa, sendo 10 através de ágio, 10 são alugadas e 05 cedidas. Sendo 46 regularizadas,12 estão em em financiamento e 02 ainda em situação irregular , pois os proprietários afirmaram não possuir escritura definitiva.

E no J. Guanabara IV, não existe situação irregular ,todas foram adquiridas através de compra . No total ,podemos considerar que 86,8% estão em áreas regularizadas , apenas 9,2% em financiamento e 0,4% em área irregular.

Quadro 15: Forma de acesso à casa e Situação da casa

Bairros	Compra	ágio	cedida	aluguel	Total	Regulariza da	Irregular	Em financiamento
Jardim Guanabara	50	-----	16	54	120	115	04	1
Jardim Guanabara II	41	09	02	08	60	46	04	10
Jardim Guanabara III	35	10	05	10	60	46	02	12
Jardim Guanabara IV	07	-----	01	02	10	10	-----	-----
Total	133	19	24	74	250	217	10	23
%	53,2	7,6	9,6	29,6	100,0	0,4	9,2	

Quadro 16: Números de cômodos

Cômodos ----- Bairros	3-4	5-6	7-8	9-10 ou mais	Total
Jardim Guanabara	28	43	27	22	120
Jardim Guanabara II	10	27	13	10	60
Jardim Guanabara III	07	23	18	12	60
Jardim Guanabara IV	02	05	02	01	10
Total	47	98	60	45	250
%	18,8	39,2	24,0	18,0	100,0

Considerando-se que são bairros populares, sabendo que os conjuntos são casas de um e dois quartos e observando os dados, podemos afirmar que houve melhoria tanto na estrutura, quanto no tamanho das casas, tanto que é difícil encontrar casas originais nos conjuntos, o que se percebe é uma constante reforma no setor.

Quadro 17: Número de pessoas que moram na casa

Bairros	2	3	4	5	6	7	Total
Jardim Guanabara	19	34	32	22	07	06	120
Jardim Guanabara II	04	20	17	15	01	03	60
Jardim Guanabara III	04	15	20	10	09	02	60
Jardim Guanabara IV	--	01	04	01	03	01	10
Total	27	70	73	48	20	12	250
%	10,8	28,0	29,2	19,2	8,0	4,8	100,0

Dentre os moradores pesquisados, percebemos que a maior frequência de moradores é de três, quatro e cinco moradores por domicílio (28,0 %; 29,2% e 19,2 % respectivamente), sendo em número reduzido as famílias com seis e sete moradores (8,0% e 4,8%).

3.6 Panorama dos equipamentos sociais

Os Os equipamentos sociais no Jardim Guanabara são de responsabilidade do governo estadual, municipal e algumas instituições privadas. Observando o quadro abaixo, constatamos equipamentos da educação, saúde, creches, algumas praças, um ginásio e um Juizado de Pequenas Causas que atende não só ao Jardim Guanabara, mas também bairros vizinhos.

Quadro 18: Equipamentos sociais

Equipamentos sociais	Número
Escolas estaduais	02
Escolas municipais	05
Escolas particulares	10
Instituições de educação infantil da Rede Municipal	01
Instituições de educação infantil em convênio parcial	03
Programa Segundo Tempo - Lista de núcleos	02
Unidades de Saúde	03
Assistência social- UMAS	01
Juizado de Pequenas Causas	01
Lazer - Ginásio	01
Praças públicas	04

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SME/ Departamento de Administração Educacional – DAE - Novembro de 2009. Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPEE/DVESE Organizado pela autora

Figura 23: Juizado de Pequenas Causas

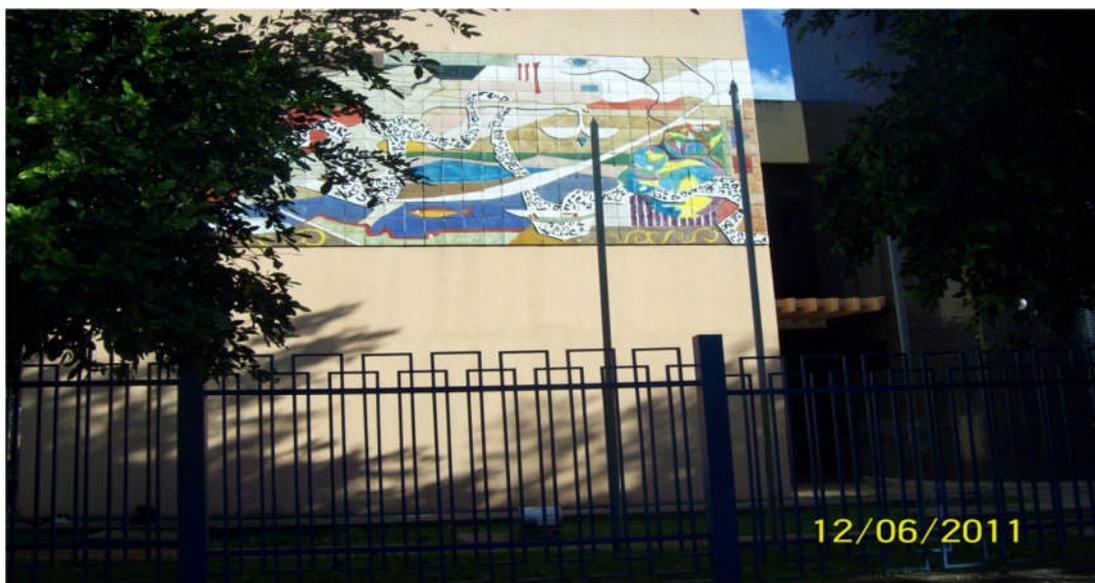


Foto da autora

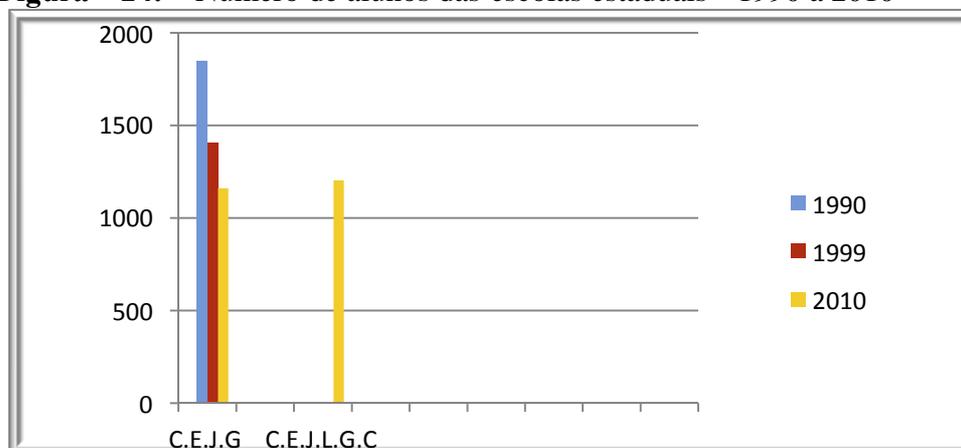
Percebe-se que os equipamentos públicos seja da educação ou da saúde, não são suficientes para atender a demanda do bairro Jardim Guanabara . Sendo necessário o deslocamento da população de um bairro para outro ou até para área central da cidade, principalmente no caso da educação. Nas creches, é comum encontrar uma lista de espera , o que comprova o déficit de vagas . Deve- se reconhecer que apesar do déficit , houve uma melhoria no que diz respeito à qualidade do atendimento às crianças.

EDUCAÇÃO

Quanto as escolas estaduais constatamos apenas duas, como se vê no quadro. Até 2004, existia apenas uma escola, o Jardim Guanabara com número elevado de alunos, com atendimento nos três períodos , oferece Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Em 2004, com a abertura da Escola Estadual Jornalista Luiz Gonzaga Contart, houve uma queda de matrículas de 1990 a 2010 na Colégio estadual Jardim Guanabara. A nova escola oferece Ensino fundamental e Médio e ainda EJA no período noturno, para alunos trabalhadores , que buscam formação, sempre trabalhou com sua capacidade máxima de alunos. Ambas as escolas contam com boa estrutura física , possuem laboratório de informática, de Ciências , bibliotecas, sala de vídeo, ginásio e quadra de esportes. Com relação aos professores e funcionários, houve um aumento considerável, devendo lembrar que estes normalmente, trabalham em dois ou até três períodos como forma de melhorar o salário. Devendo lembrar que não existe mais professores sem formação superior, seja na rede estadual ou municipal.

Quadro 19: Escolas estaduais com Ensino Fundamental e Ensino Médio

Escola	Endereço	Ano	1990	1999	2010
Colégio Estadual Jardim Guanabara	Al. Minas Gerais, Qd. 76, Lt. 24 Jardim Guanabara	Número de alunos*	1.850	1.404	1.160
		Professores	28	42	46
Colégio Est. Jornalista Luiz Gonzaga Contart	Rua GB-4 esq. Rua GB-5 S-N Jardim Guanabara II	Número de alunos*	-----	-----	1204
		Professores	-----	-----	40

Figura 24: Número de alunos das escolas estaduais -1990 a 2010**Quadro 20:** Instituições educacionais da Rede Municipal –Ensino Fundamental

Escolas municipais	Endereço	Nº de alunos		
		1991	2000	2010
EM. Marechal Castelo Branco	Rua GB-48 APM – J. Guanabara I	979	849	455
EM. Maria Odete Augusta de Brito	Rua GB-41 Esq/GB-44 N° 333 QD.72 J. Guanabara III	432	455	385
EM. Pedro Costa de Medeiros	Ru Caravelas C/Rua Caiapônia N°240 . J. Guanabara I	1.087	1.099	816
EM. Professor Lourenço Ferreira Campos	AV. GB 11 N.º 60 – Área J.Guanabara II	-----	604	575
EM. Professora Marília Carneiro Azevedo Dias	RUA GB-34 C/ GB - 35 QD. 58 N.º150 Área - 1 Jardim Guanabara III	-----	1.140	654

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SME/ Departamento de Administração Educacional - DAE – Dados fornecidos em 14-11-2011.

Elaboração: SEPLAM/DPESE/DVPEE/DVESE Organizado pela autora

Além das escolas com ensino regular (fundamental e médio), é possível encontrar as instituições de educação infantil da rede municipal, outras em convênio parcial. No total são realizados 414 atendimentos diários a crianças de 0 a 5 anos. Nas creches, é comum encontrar uma lista de espera , o que comprova o déficit de vagas. Deve-se reconhecer que apesar do déficit, houve uma melhora no atendimento, que diz respeito à qualidade.

Quadro 21: Instituições de educação infantil da Rede Municipal – J. GUANABARA

Nome	Endereço	Total de matriculados
Centro de Educação Infantil Menino Jesus	RUA Santa Catarina QD. 56 LT. 18 N°1665 Jardim Guanabara I	192
CMEI Brincando e Aprendendo	Rua Juiz de Fora QD.105 LT.FT S/N° Jardim Guanabara I	59
CMEI Jardim Guanabara III	Av. Alvictor Osório Nogueira Qd- 47 Jardim Guanabara III	79
CMEI Brincando e Aprendendo	Rua Ubá C/Rua Uberaba, Jardim Guanabara I	84

Fonte- Secretaria Municipal de Educação SME- Departamento de Administração Educacional
Novembro de 2009
Organizado pela autora

SEGURANÇA

O bairro conta com uma delegacia de Polícia, o 10º Distrito Policial situado no Jardim Guanabara II. Segundo o Delegado João Dâmaso da Silva, a delegacia atende não só o Jardim Guanabara, mas também os bairros vizinhos .Os principais problemas do setor são pequenos furtos, assaltos e problemas com jovens envolvidos com drogas. De acordo com o delegado, o trabalho da delegacia é fazer investigação, pois falta funcionários, hoje , conta com apenas três , seriam necessários pelo menos nove agentes.

SAÚDE

Em conversa com a diretora do Distrito Sanitário da Região Norte, Maria Félix Martins, o trabalho do Distrito é acompanhar, monitorar, elaborar planos , coordenar os Postos de Saúde , as 26 equipes do PSF e as equipes de controle epidemiológico e agentes de endemias, pautados na Secretaria de Saúde.

Figura 25: Distrito Sanitário da Região Norte Jardim Guanabara



Foto da autora

No bairro há um CAIS – UABSF 24 horas no Jardim Guanabara III, com ambulatório e atendimento de urgência. O atendimento na Unidade de Saúde é realizado de acordo com a gravidade. É usado o sistema de prevenção com equipes multiprofissionais, que fazem visita domiciliar, diagnosticando o paciente ou agenda o atendimento com o especialista. No CAIS incluindo as equipes do PSF são 44 médicos, 1 nutricionista, 2 psicólogas, 13 dentistas, 35 enfermeiros e auxiliares, 23 agentes de saúde, 50 atendentes e duas assistentes sociais.

São desenvolvidas atividades educativas individuais ou em grupo nas Unidades Básicas de Saúde, através da distribuição de métodos contraceptivos e a esterilização masculina e feminina, que é disponibilizada via Central de Consultas Especializadas, a partir do encaminhamento do médico. A Unidade de Saúde ainda possui programas específicos de prevenção contra dengue, DST realizam orientação com psicólogos, nutricionistas, formando grupos: de fumantes, hipertensos, diabéticos e obesos.

Há, ainda, uma farmácia distrital para garantir a assistência integral e oferecer o acompanhamento individual a cada cidadão, além disso orientar os pacientes para fazer o uso devido de medicamentos. Assim, o farmacêutico repassa as informações e acompanha de perto a evolução clínica do tratamento. Ele também avalia a pressão arterial e a glicemia do paciente. O projeto é uma ampliação da política de atendimento na área farmacêutica.

No setor existem ainda três UABSF²⁰, que fazem atendimento da população do Jardim Guanabara I, II, IV e Asa Branca. Cada Unidade com três equipes multiprofissionais,

²⁰ UABSF- Unidade de Atendimento Básico Saúde Familiar

três médicos (clínico geral), dois dentistas. Fazem também acompanhamento através de programas de gestantes, crianças e fumantes, com nutricionista e psicólogo. Segundo uma das diretoras, ninguém fica sem atendimento, o grande problema é o crescimento da demanda de pacientes.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O bairro possui uma Unidade Municipal de Assistência Social (UMAS –Guanabara), realiza 362 atendimentos por ano segundo dados do SEPLAM. São oferecidos cursos gratuitos e tem o objetivo de atender a população de baixa renda, residentes em Goiânia e com idade mínima de 16 anos. Entre os cursos oferecidos se destacam os de cabeleireiro, corte e costura, confecção de peças íntimas, manicure, decoupage, depilação, bordado em pedraria e fita, massagem, pintura em tecido, pães, roscas, salgados, quitandas, informática e sabonetes artesanais.

LAZER

A população sente a carência de lazer no bairro, existem algumas praças, um ginásio de esportes, campos de futebol (mostrado na figura abaixo) e outras quadras particulares e as quatro feiras livres que funcionam com lazer.

Figura 26: Ginásio de Esportes –Jardim Guanabara



Figura 27: Campo de futebol entre o Jardim Guanabara III e Residencial Felicidade



www.guanabaragyn.com

Acessado em 30-10-2011

Figura 28 Praça no Jardim Guanabara II



Foto da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a concretização dessa pesquisa, buscou-se analisar Goiânia a partir de embasamento teórico, passando pelo processo de urbanização brasileira, no estado e em Goiânia, compreendendo a expansão urbana na Região Norte de Goiânia e no Jardim Guanabara. O que possibilitou, observar de forma clara, os elementos que determinaram o desenvolvimento do bairro em estudo, assim como constatar as contradições existentes no espaço urbano, geradas pela lógica do sistema capitalista, como é perceptível em qualquer grande metrópole.

Dessa forma, viu-se a expansão desordenada da população na cidade e a falta de planejamento urbano, o que resultou na periferização e ocupações irregulares, possibilitando a espoliação e o surgimento de manchas de segregação e insuficientes formas de acesso à infra-estrutura. Vários foram os teóricos que contribuíram para a pesquisa, como o inesquecível geógrafo Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, Aristides Moysés, Luciana Lago, Luiz César Ribeiro Queiroz e muitos outros que contribuíram para o desenvolvimento da Geografia urbana.

A expansão da malha urbana se dá, principalmente, nas grandes metrópoles que funcionam como pólos atrativos para a população. Pautando-se no crescimento da Região Norte de Goiânia e da expansão do Jardim Guanabara, percebe-se inúmeras transformações socioespaciais e contradições no setor; que podem ser comprovadas nas formas de acesso à moradia, na diferença de renda da população e na distribuição dos equipamentos públicos, já que a implantação de equipamentos urbanos não deveria determinar diferenças entre os ricos e pobres.

Da perspectiva socioespacial, identificou-se a expansão urbana na Região Norte da cidade, investimentos do setor moveleiro, vias de acesso que dinamizaram a economia da Região Norte e dos bairros Jardim Guanabara I, II, III e IV, porém uma parcela da população continua segregada e ainda mudança no perfil da população do Jardim Guanabara e melhoria na infra-estrutura (saúde, educação, segurança). Devendo levar em consideração os sérios problemas relacionados à saúde e segurança no setor, porém sabemos que esses problemas detectados na pesquisa empírica, são comuns em grande parte da cidade e também no país, apesar de os governantes, ignorarem as deficiências do sistema da saúde e da segurança.

A partir do estudo realizado, compreendemos que Goiânia é uma cidade dinâmica e em constante transformação. Apesar de moderna, apresenta uma ocupação histórico-espacial diversificada, comum em metrópoles de crescimento rápido, isso é o que nos revela a paisagem urbana da cidade, podendo ser comprovado através das diferentes formas de ocupação dos espaços, contrastadas com os grandes empreendimentos imobiliários.

Nessa pesquisa constatou-se as transformações socioespaciais do Jardim Guanabara I, II, III e IV. Trata-se de bairros populares que cresceram a partir de ocupações irregulares e da instalação de conjuntos habitacionais para a fixação de classes populares, na tentativa de amenizar o déficit habitacional na cidade. Os bairros acima citados eram dotados de pouca infra-estrutura básica, porém melhorada a partir dos investimentos de capital. Dessa forma vimos a expansão do Jardim Guanabara, a mudança do perfil dos moradores, a valorização dos imóveis e a ocupação do bairro por diferentes empresas comerciais de pequeno e grande porte.

Espera-se que a pesquisa realizada possa contribuir para outros estudos, pois esse foi apenas um olhar sobre a cidade, especificamente sobre o Jardim Guanabara e que muitos outros poderão ser empreendidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, T.M.; CHAVEIRO, E.F. **Metamorfose Urbana: A Conurbação Goiânia-Goianira e suas implicações socioespaciais/Rev.Geográfica Acadêmica v.1 n.1,2007.**
- CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria.** 9 ed. São Paulo: Contexto,2001.
- _____. **A Cidade.** São Paulo: Ed .Contexto, 2008.
- _____. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades: Revista científica/ Grupo de estudos urbanos.** n.1, vol. 1, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.
- CASTELLS, Manuel.**A Questão Urbana.** Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1983.
- CASTRO, Iná (Org.) **Geografia: Conceitos e temas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CAVALCANTI, Lana de Souza(org.) **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia.** Goiânia: Ed. Alternativa,2001.
- CHAFFUN,N. **Dinâmica global e desafio urbano.** In: BONDUKI,N. (org.)Habitat :as práticas bem sucedidas em habitação ,meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras . São Paulo,Nobel,1996.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás:da construção da decadência aos limites da modernidade.** 2 ed. Goiânia: Ed. UFG , 2002.
- CORREA, Elaine Alves Lobo. **A dinâmica socioespacial da região Sudoeste de Goiânia: uma análise da produção e valorização do bairro Celina Park.** Dissertação de Mestrado Ed. UFG Goiânia, 2009.
- CORREA, Roberto de Souza. **Pluralidade Urbana na Região Norte de Goiânia: o caso do São Judas Tadeu.** Dissertação de Mestrado ,UFG, Goiânia 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio- da Língua Portuguesa**. 4 ed..Curitiba: Ed. Positivo,2009.

FREITAS, César A. L. Lemos de. **Movimentos urbanos e disputa pelo espaço em Goiânia**. Dissertação de Mestrado,Goiânia: UFG,2004.

GONÇALVES, Nara Neide. “Evolução do parcelamento urbano de Goiânia”. *Cadernos do Indur*. Goiânia, n. 4, 1984, p. 30; e VILLAÇA, op. cit., 119

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ed.São Paulo: Anablume, 2006.

IBGE – **Sinopse do Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.Brasília,[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/Censo-1991,2000 e 2010](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/Censo-1991,2000_e_2010).

INFRAERO .www.infraero.gov.br/1.Acessado em 15-02-2011

KON, Sergio; DUARTE, Fábio(org.) **A (des)construção do caos: propostas urbanas para São Paulo**: São Paulo: Perspectiva, 2008.

KOWARICH, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2ª Ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1993.

LAGO, L.C.do. **Desigualdades e Segregação da Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**.São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O pensamento marxista e a cidade**.Tradução de Maria Idalina Furtado . { S.I. } Ulisseia,1972,174p.

LORENZETTI, M.S.B. **A questão habitacional no Brasil** .Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados Brasília,2001. <http://bd.camara.gov.br> Acessado em 10-07-2011.

MANSO, Celina F.Almeida. **Goiânia—Uma concepção urbana , moderna e contemporânea—Um certo olhar.** Goiânia, UCG,2001.

MARICATO, E. (Org.) **Autoconstrução, a arquitetura possível .**A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. *São Paulo: Alfa–Omega, 1982.*

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade: *Metrópole na periferia do capitalismo,*** São Paulo, Hucitec, 1996.

MARTINS , Dora; VANALLI,Sônia. **Migrantes,** 6ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS Júnior, O. P. ***Uma cidade ecologicamente correta:*** Goiânia: Ed. CulturaEd. Cultura e Qualidade, 1996.

_____. **Arborização urbana e qualidade *de vida:*** Goiânia: Ed. Kelps, Ed. da UCG.

MERCANTE,Carlos. Cidade movente: a matriz de transportes da metrópole.In :KON, Sérgio, DUARTE,Fábio. **A (des)construção do caos.** São Paulo;Perspectiva, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Lei Federal nº 10.257 - Estatuto das Cidades. Brasília, 2001.

MORAES, Lucia Maria. **A segregação planejada:**Goiânia, Brasília e Palmas.2.ed. Goiânia : UCG, 2006.

MOYSÉS, Aristides. **O papel da cidade no desenvolvimento social .**In:Fragments de cultura. Goiânia. V.8, nº 5, p.1185-1204.

_____. **Goiânia- Metrôpole não planejada.** Goiânia: UCG, 2004.

_____. Et all. ***Da Formação Urbana ao Empreendedorismo Imobiliário:a nova face da metrópole goianiense*** Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 12, 2007.

_____. **Como anda Belém e Goiânia.** (org.) José Júlio Ferreira Lima, Aristides Moysés. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

_____. **Expansão urbana ou ocupação (in)sustentável da Macro-Zona Rural do Município de Goiânia?** Boletim Conjuntura Econômica Goiana N. 4, Maio de 2005 – site <http://portalsepin.seplan.go.gov.br/>

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Os desafios metropolitanos nos anos 2000.** Dezembro de 2007. www.observatoriodasmetroplites.com.br/. Acessado em 30-10-2011.

PASTORE, Everaldo A. **Renda Fundiária e Parcelamento do Solo: Goiânia (1933-1983).** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Mestrado em Planejamento Urbano. 1984. PDIG/2000. **Antecedentes Históricos.** Goiânia. 1992.

RIBEIRO, L. C. Q. (1996). “**Incorporação imobiliária: características, dinâmica e impasses**”. In: RIBEIRO, L. C. Q. e AZEVEDO, S. (orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades.* Rio de Janeiro, UFRJ, p. 105-118.

RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. (1995). **Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social.** *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 2, abr-jun, pp. 25-32.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org.). **O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: ed. Revan: 2000.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (org.) **As metrôpoles a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

RIBEIRO, M. Eliana Jubé. **GOIÂNIA- Os Planos , a cidade e o sistema de áreas verdes.** Goiânia: UCG, 2004.

RIGATTI, Décio. **Do Espaço Projetado ao Espaço vivido: modelos de morfologia urbana no conjunto habitacional Rubem Berta.** São Paulo, 1997.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROLNIK, Raquel. NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional .s/d.**

SANTOS, Késia R. **Distribuição Espacial das Inundações em Goiânia e análise desse fenômeno na Bacia do Córrego Pedreira.** Dissertação de Mestrado, UFG, Goiânia, 2010.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo:Hucitec,1981.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo:Ed. USP,2009.

SEBRAE - **Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa** .Disponível em:
WWW.sebraego.com.br Acesso em 28/11/2010.

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia-SECTEC. **Plano de Desenvolvimento do APL Moveleiro de Goiânia e Região Metropolitana**. 2007-2012

SEPLAM- Secretaria de Planejamento Municipal. **Aspectos Demográficos**.Censo Demográfico- IBGE,1990, 2000.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento de Goiânia. **Plano Diretor de Goiânia**. Consultoria: Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste –Goiânia, 2007.

_____. Secretaria de Planejamento do Município de Goiânia.
www.seplam.gov.go Acessado em 20-05-2011.

_____. **PMH-Plano Municipal de Habitação**. www.seplam.gov.go.Acessado em 20-05-2011.

SERPA, ÂNGELO. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SPOSITO, M.E.Beltrão. **A Gestão do Território e as diferentes escalas da Centralidade Urbana**. Revista Território. Ano III, nº 4, Jan.- Junho, 1998.

_____. **Capitalismo e Urbanização**. 15ªed. São Paulo: Contexto,2010.

O POPULAR. **Vida urbana**.Goiânia, Caderno especial, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Ed. Studio Nobel, 2001.

www.guanabaragyn.com Acessado em 15-10-2011

ANEXOS

ANEXO I-QUESTIONÁRIO –Entrevista destinado a população

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Entrevista destinado a população

Perfil da população do J. Guanabara () I () II () III () IV

1- Nome------(opcional)

2-Origem- Antes de morar no Jardim Guanabara, de onde o Sr.(a) veio?(proprietário)

a- Outro bairro da cidade Qual?-----Quando-----

b- Outra cidade Qual?-----Quando-----

3-Ocupação- sociocupacional -Proprietário

a- Agricultor

b- Trabalhador do Terciário não especializado(prestador de serviço, empregado doméstica, ambulantes)

c- Trabalhador do setor secundário(trabalhador da indústria , construção civil)

d- Trabalhadores do setor Terciário(comércio ,prestador de serviço especializado)

e- Funcionário público(ocupações técnicas-saúde, educação, segurança, justiça, correio e similares)

f- Comerciante g- Profissional autônomo h- Outro -----

4- Quais os maiores problemas enfrentados pela população no bairro:

a- Segurança b- Transporte c- Falta de escolas e creches d- Saúde

e- Pavimentação f- outro -----

5- De que forma a casa foi adquirida?

a- Compra () Cooperativa () Ágio

b- Cedida c- Aluguel

6- Número de cômodos da casa -----

7- Situação da casa

a- Regularizada b- Irregular c- Em financiamento

8- Nível de instrução –do proprietário da casa

a- 1º Grau incompleto b- 1º Grau completo c- Ensino médio incompleto

d- Ensino médio completo e- Superior f- Especialização

9- Renda familiar

a- De 1 salário mínimo(R\$ 510,00) b- De 1 a 2 salários mínimos(até R\$ 1.020,00)

c- De 2 A 3 salários mínimos(até R\$ 1.530,00)

d- De 4 de 5 salários mínimos (até R\$ 1.570,00)

e- Outro valor ----- f- Recusa

10- Quantas pessoas moram na casa?

a- 2 b- 3 c- 4 d- 5 e- 6 f- mais de 7

11-Tipo de lazer da Família: a- praça b- pizzaria ou bar- c-festa d- feira